

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LÍNGUA, LITERATURA E
INTERCULTURALIDADE

ANA MARIA PEREIRA SANTOS

**ASPECTOS LINGUÍSTICO-CULTURAIS DOS TOPÔNIMOS DE ORIGEM
INDÍGENA DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CERES-RIALMA-
GOIANÉSIA**

GOIÁS

2024

ANA MARIA PEREIRA SANTOS

**ASPECTOS LINGUÍSTICO-CULTURAIS DOS TOPÔNIMOS DE ORIGEM
INDÍGENA DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CERES-RIALMA-
GOIANÉSIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Estudo de Língua, Literatura e Interculturalidade, da Universidade Estadual de Goiás, Goiás, Câmpus Cora Coralina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos de Língua e Interculturalidade.

Linha de Pesquisa 1: Estudos de Língua e Interculturalidade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kênia Mara de Freitas Siqueira.

GOIÁS

2024



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Ana Maria Pereira Santos

E-mail: anamariapereirasantosa@gmail.com

Dados do trabalho

Título: Aspectos linguístico-culturais dos topônimos de origem indígena da Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia.

Tipo:

Tese Dissertação

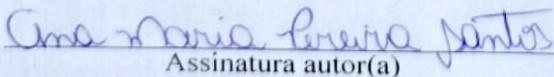
Curso/Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Língua Literatura e Interculturalidade (POSLLI) da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina- Cidade de Goiás-GO

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹ Período de embargo é de até **um ano** a partir da data de defesa.

Goiás, 07 de junho de 2024.


Assinatura autor(a)

Documento assinado digitalmente
gov.br KENIA MARA DE FREITAS SIQUEIRA
Data: 12/06/2024 14:47:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

- S237a Santos, Ana Maria Pereira.
Aspectos linguístico-culturais dos topônimos de origem indígena da região geográfica imediata de Ceres-Rialma-Goianésia [manuscrito] / Ana Maria Pereira Santos. – Goiás, GO, 2024.
102 f. ; il.
- Orientadora: Profa. Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira.
Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2024.
1. Léxico. 1.1. Topônimos indígenas. 1.2. Goiás - cultura.
I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.
- CDU: 81'373.21(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971



Universidade
Estadual de Goiás



ESTADO DE GOIÁS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - GOIÁS

ATA DE EXAME DE DEFESA 14/2024

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril de dois mil e vinte e quatro às treze horas, realizou-se o Exame de Defesa da dissertação do(a) mestrando(a) Ana Maria Pereira Santos, intitulado "ASPECTOS LINGÜÍSTICO-CULTURAIS DOS TOPÔNIMOS DE ORIGEM INDÍGENA DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CERES-RIALMA-GOIANÉSIA". A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Dra. Kínia Mara de Freitas Siqueira – Presidente – (POSLI/UEG), Dra. Vanessa Regina Duarte Xavier (UFCAT), Dra. Carla Conti de Freitas (POSLI/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo(a) mestrando(a) e seu/sua orientador(a). Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o(a) presidente da banca examinadora, proclamou o resultado, segundo o qual a dissertação foi (X) aprovada, () aprovada com ressalvas, () reprovada com as seguintes exigências (se houver):

Cumpridas as formalidades de pauta, às ____15h____ a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou e presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora.

Goias-GO, __24__ de ____Abril____ de 2024.

Profa. Dra. Kínia Mara de Freitas Siqueira (POSLI/UEG)

Profa. Dra. Vanessa Regina Duarte Xavier (UFCAT),

Profa. Dra. Carla Conti de Freitas (POSLI/UEG)



Documento assinado eletronicamente por Vanessa Regina Duarte Xavier, Usuário Externo, em 29/04/2024, às 09:40, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.308/2016.



Documento assinado eletronicamente por CARLA CONTI DE FREITAS, Coordenador (a), em 29/04/2024, às 09:57, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.308/2016.



Documento assinado eletronicamente por Kínia Mara de Freitas Siqueira, Usuário Externo, em 29/04/2024, às 12:02, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.308/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 57763138 e o código CRC BB7B4B2D.

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - GOIÁS

AVENIDA DR. DEUSDETE FERREIRA DE MOURA S/N, S/C - Bairro CENTRO - GOIÁS - GO - CEP 76000-000 - (62)3936-2160.



Referência: Processo nº 202400020004297



SEI 57763138

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir vivenciar esse momento único na minha formação e por me guiar em cada passo desta jornada.

Aos meus pais, pelo esforço e dedicação para minha formação; pela compreensão da minha ausência em alguns momentos; pelas palavras e gestos de amor.

Ao meu irmão, pela cumplicidade, conselhos e apoio incondicional.

À minha avó Angela Martins e à minha avó Olga Martins (*in memoriam*), pela preocupação e gestos de carinho para comigo.

Ao meu tio Vilmar Pereira, pelas palavras de ânimo e encorajamento.

À minha prima Vanessa Gonçalves, por me apoiar e torcer por mim, sempre.

Ao meu primo Marcos Vinícius, pelos incentivos e colaborações.

Aos meus colegas, pelos momentos de alegria e aprendizado que vivemos ao longo de nossa caminhada, especialmente à Iniss Pozzobom, à Leênny Teixeira e à Gleyciele de Sousa, que se tornaram grandes amigas.

À Universidade Estadual de Goiás, à administração, direção e ao corpo docente da instituição, pela contribuição com a minha formação.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Kênia Mara de Freitas Siqueira, pelas orientações, discussões, sugestões e correções, que foram imprescindíveis para a realização deste trabalho.

Aos meus professores, pelos valiosos momentos de aprendizado que me proporcionaram.

À Prof^a Dr^a Maria Célia Dias de Castro, pelas sugestões no Simpósio de Pesquisa do POSLLI.

À Prof^a Dr^a Marília Silva Vieira, pela participação na qualificação, à Prof^a Carla Conti de Freitas e à Prof^a Dr^a Vanessa Regina Duarte Xavier, contribuições a este estudo.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste sonho.

Muito obrigada!

A Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras. (Dick, 1990)

RESUMO

O objetivo deste estudo é descrever e analisar aspectos linguístico-culturais de topônimos de origem indígena em Goiás, especificamente, da Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia, uma das três Regiões Imediatas que constitui a Região Geográfica Intermediária de Porangatu-Uruaçu. A presente pesquisa visa ainda identificar as características linguísticas que permeiam os processos de nomeação desses topônimos para analisar as causas denominativas a que se circunscrevem esses locativos e, por último, suscitar discussões sobre as questões linguísticas, históricas, sociais e culturais que envolvem a formação destes nomes, ainda não contemplados em pesquisas anteriores. O interesse por este tema/problema surgiu da necessidade de inter-relacionar os nomes dos lugares aos fatores que os motivaram, sejam culturais, históricos, geográficos ou outros, para analisar as relações e associações que o nomeador estabeleceu ao escolher nomes indígenas para os lugares em questão. O estudo se fundamenta em pressupostos teóricos da Toponomástica, subárea da Onomástica, por meio de trabalhos já desenvolvidos por Dick (1990), Fonseca (1997) Cabrera (2002), Siqueira (2011, 2015, 2021), a fim de explicar a conversão de um nome comum em um nome próprio para designar um lugar, e reconhecer os elementos de natureza física e cultural, de acordo com o sistema de taxes proposto por Dick (1990), que permeiam a motivação subjacente ao signo linguístico em função toponímica. O referencial teórico tem também como base textos sobre léxico com Biderman (1987), Antunes (2007) e Abbade (2012). Em relação às questões de cunho etimológico, recorreu-se a Machado (2003), Cunha (1998), Barbosa (1970) e a Tibiriçá (1985). A metodologia consistiu no levantamento dos dados, por meio de consulta documental, e na descrição dos nomes de lugares, para compreender o processo de formação e a estrutura desses nomes, em termos etimológicos, morfológicos, lexicológicos e a provável referência a elementos extralinguísticos que podem integrar alguns topônimos. A análise dos dados foi realizada após o levantamento dos quarenta e quatro topônimos de origem indígena que constitui o *corpus* da pesquisa.

Palavras-chave: Léxico. Topônimos indígenas. Goiás. Cultura.

ABSTRACT

The aim of this study is to describe and analyze linguistic-cultural aspects of toponyms of indigenous origin in Goiás, specifically, from the Immediate Geographic Region of Ceres-Rialma-Goianésia. one of the three Immediate Regions that constitute the Intermediate Geographic Region of Porangatu-Uruaçu. It is also intended to identify the linguistic characteristics that permeate the naming processes of these toponyms to analyze the denominative causes to which these locatives are circumscribed and, finally, to raise discussions about the linguistic, historical, social and cultural issues that involve the formation of these names, not yet included in previous research. The interest in this theme/problem arose from the need to interrelate the names of places with the factors that motivated them, whether cultural, historical, geographic or others, to analyze the relationships and associations that the namer established when choosing indigenous names for the places in question. The study is based on theoretical assumptions of Toponomastics, a subarea of Onomastics, through works already developed by Dick (1990), Fonseca (1997) Cabrera (2002), Siqueira (2011, 2015, 2021), in order to explain the conversion of a common name into a proper name to designate a place, and recognize the elements of a physical and cultural nature, according to the tax system proposed by Dick (1990), that permeate the motivation underlying the linguistic sign in a toponymic function. The theoretical framework is also based on texts on lexicon with Biderman (1987), Antunes (2007) and Abbade (2012). Regarding etymological questions, we used Machado (2003), Cunha (1998), Barbosa (1970) and Tibiriçá (1985). The methodology consisted of collecting data, through documentary consultation, and describing place names, to understand the formation process and structure of these names, in etymological, morphological, lexicological terms and the probable reference to extralinguistic elements that can integrate some toponyms. Data analysis was carried out after surveying the forty-four toponyms of indigenous origin that constitute the research corpus.

Keywords: Lexicon. Indigenous toponyms. Goiás. Culture.

LISTA DE FICHAS

Ficha 01 – Córrego da Carioca	66
Ficha 02 – Córrego da Tapera	67
Ficha 03 – Córrego Muquém	68
Ficha 04 – Córrego Caiçara.....	68
Ficha 05 - Crixás	69
Ficha 06 - Embiara	70
Ficha 07 – Córrego Angical.....	72
Ficha 08 – Córrego do Angico	72
Ficha 09 - Córrego Bacuri	73
Ficha 10 – Córrego Buriti.....	73
Ficha 11 – Córrego Caeté	74
Ficha 12 – Córrego Capimpuba	74
Ficha 13 – Córrego Catinga	74
Ficha 14 – Córrego Cipó	75
Ficha 15 – Córrego Congonhas.....	75
Ficha 16 – Córrego Jatobá.....	76
Ficha 17 – Córrego Peroba	76
Ficha 18 – Córrego Pindaíba.....	76
Ficha 19 – Córrego Samamabaia.....	77
Ficha 20 – Córrego Taboca.....	77
Ficha 21 – Córrego Taquaral.....	78
Ficha 22 – Córrego Taquari	78
Ficha 23 – Córrego Taquaruçu.....	79
Ficha 24 - Itapaci.....	80
Ficha 25 – Córrego da Itapeva	80
Ficha 26 – Córrego Araras	81
Ficha 27 – Córrego Calumbi.....	82
Ficha 28 – Córrego Catitu.....	82
Ficha 29 – Córrego Grajaú	83
Ficha 30 – Córrego Guará.....	83
Ficha 31 – Córrego do Jacu	83

Ficha 32 – Córrego Jiboia.....	84
Ficha 33 – Córrego Lambari.....	84
Ficha 34 – Córrego do Macaco.....	85
Ficha 35 – Córrego Mandi.....	85
Ficha 36 – Córrego Mutum.....	85
Ficha 37 – Córrego Pirapitinga	86
Ficha 38 – Córrego Sucuri.....	86
Ficha 39 – Córrego Sucuriú.....	87
Ficha 40 – Córrego Tamanduá.....	87
Ficha 41 - Uruana.....	88
Ficha 42 - Uirapuru	89
Ficha 43 – Córrego Jundiá.....	90
Ficha 44 – Uruíta.....	91

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1 Proto-Tupi	42
Figura 2 Família linguística Tupi-guarani.....	43
Figura 3 Colônia Agrícola de Ceres.....	50
Figura 4 Cidade de Ceres e Rialma	51
Figura 5 Cidade de Goianésia	52
Figura 6 Modelo de ficha lexicográfica-toponímica	59
Mapa 1 Regiões Geográficas Intermediárias do estado de Goiás.....	46
Mapa 2 Regiões Geográficas Imediatas do estado de Goiás	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Topônimos de origem tupi.....	65
Gráfico 2 Topônimos de natureza cultural.....	66
Gráfico 3 Topônimos de natureza física.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Taxeonomias de natureza cultural	32
Quadro 2 Taxeonomias de natureza física	34
Quadro 3 DRB em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias do Estado de Goiás – IBGE (2017).....	48
Quadro 4 Esquema dos estudos onomasiológicos.....	54
Quadro 5 Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia.....	59
Quadro 6 Topônimos de origem tupi da Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia.....	61

LISTA DE SIGLAS

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

DTB – Divisão Territorial Brasileira

DRB – Divisão Regional Brasileira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMB – Instituto Mauro Borges

LGP – Língua Geral Paulista

PB – Português Brasileiro

VOLP - Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 ONOMÁSTICA: CONCEITOS BASILARES	20
1.1 O léxico e o léxico toponímico.....	20
1.2 O nome e o ato de nomear	22
1.3 Relação língua, cultura e identidade	24
1.4 A Toponomástica e a toponímia	27
1.5 O topônimo.....	28
1.6 O caráter não arbitrário do topônimo.....	30
1.7 Taxeonomias dos topônimos	32
1.8 As línguas da colonização.....	35
1.9 As línguas indígenas e a nomeação dos lugares goianos.....	37
1.10 Os povos indígenas de Goiás	41
2 A REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CERES-RIALMA-GOIANÉSIA	45
2.1 A divisão territorial brasileira	45
2.2 A implantação da Colônia Agrícola.....	49
2.3 A emancipação da Colônia Agrícola de Ceres	50
2.4 Aspectos históricos e econômicos de Goianésia.....	52
3 MÉTODO DE PESQUISA	54
3.1 O método onomasiológico	54
3.2 Etapas da pesquisa	58
3.3 Constituição do <i>corpus</i> da pesquisa	59
4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	64
4.1 Os topônimos de origem tupi	64
4.2 Os topônimos de natureza cultural.....	65
4.2.1 <i>Ecotopônimos</i>	66
4.2.2 <i>Ergotopônimos</i>	68
4.2.3 <i>Ergotopônimos e sociotopônimos</i>	68
4.2.4 <i>Etnotopônimos</i>	69
4.2.5 <i>Sociotopônimos</i>	70
4.3 Os topônimos de natureza física	71
4.3.1 <i>Fitotopônimos</i>	72

<i>4.3.2 Litotopônimos</i>	80
<i>4.3.3 Zootopônimos</i>	81
<i>4.3.4 Zootopônimos e cromotopônimos</i>	89
<i>4.3.5 Zootopônimos e hidrotopônimos</i>	90
<i>4.3.6 Zootopônimos e litotopônimos</i>	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

Uma característica essencial do signo toponímico que, inclusive, o diferencia dos demais signos linguísticos, é o fato de ser um signo motivado¹, ou seja, o topônimo tem caráter não arbitrário em relação ao referente nomeado e ainda apresenta uma particularidade específica de sua função cuja força não é impositiva, mas identitária, já que situa o lugar nomeado no quadro das significações, retirando-o do anonimato. Um topônimo se direciona por sua função onomástica: identificar lugares a partir da sua nomeação.

Considera-se assim, conforme Siqueira (2015), para a delimitação do objeto de estudo desta pesquisa, que a nomeação reflete aspectos importantes dos valores sociais, históricos e culturais da memória coletiva de um território. Nessa perspectiva, constitui-se o objetivo desta pesquisa, descrever e analisar aspectos linguístico-culturais de topônimos de origem indígena da Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia (macrotopônimos, nomes de cidades ou nomes de povoados ou distritos e hidrotopônimos), para classificá-los de acordo com o sistema de taxes proposto por Dick (1990). Pretende-se também identificar as características linguísticas que permeiam os processos de nomeação desses topônimos para analisar as causas denominativas a que se circunscrevem esses locativos e, por último, suscitar discussões sobre as questões históricas, políticas, sociais e culturais que envolvem a construção destes nomes, ainda não contemplados em pesquisas anteriores.

O interesse por desenvolver uma pesquisa com essa temática surge de um Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A política linguística em busca do monolinguismo em língua portuguesa no Brasil no século XIX: uma leitura de *O Selvagem* (1876), de Couto de Magalhães”, que despertou o anseio por um estudo mais aprofundado envolvendo língua indígena, daí a ideia de realizar um trabalho toponímico acerca da região geográfica cujo local onde residio dela faz parte.

Para Cabrera (2002), a Toponomástica é uma área de estudos linguísticos que se dedica à descrição e à análise dos nomes próprios de lugar. Um topônimo é um nome próprio ou comum que foi, por um processo assertivo de escolha ou seleção, convertido em designativo de um lugar.

¹ “Motivado” significa que há um elo entre o nome propriamente dito (topônimo) e o lugar nomeado, nem tanto motivações linguísticas, como propôs Saussure (2015), arbitrariedade absoluta e relativa, quando de um signo linguístico arbitrário, por exemplo “pedra”, deriva-se um outro, “pedreiro”, que nesse aspecto, já perdeu sua arbitrariedade absoluta, é relativamente motivado, pois, de seus elementos linguísticos, pode-se inferir o significado.

Em outras palavras, um nome originalmente arbitrário converte-se em nome de lugar por um processo marcado por motivações para verificar-se como o falante atualiza o sentido dos lexemas, visto que, no ato de nomeação, o nomeador (ou nomeadores) traça(m) um percurso gerativo de sentido que vai do léxico virtual/potencial do falante à palavra-ocorrência, ou seja, o topônimo percorre um caminho semelhante ao dos lexemas comuns, o que o diferencia destes é que “o topônimo sobrevive ao fato que lhe deu origem” (Siqueira, 2011, p. 194).

A metodologia consiste no levantamento dos dados (por meio de consulta documental-bibliográfica), análise dos topônimos por meio de consultas a dicionários etimológicos (a fim de verificar a origem de cada um) e na descrição dos nomes de lugares para elucidar o processo de formação e a estrutura em termos etimológicos, morfológicos, lexicográficos e a referência a elementos extralinguísticos que podem integrar alguns topônimos.

Assim, considera-se evidente que o signo toponímico apresenta caráter pluridisciplinar, pois, por meio dele, pode-se conhecer a história dos grupos humanos que viveram (e vivem) em determinado lugar, as peculiaridades socioculturais de um povo, o denominador, as relações estabelecidas entre os aglomerados humanos e o ecossistema, as características físico geográficas da região (geomorfologia), estratos linguísticos de origem diferente do uso contemporâneo da língua ou mesmo de línguas já em fase de obsolescência (Siqueira, 2015).

Nesse sentido, o caráter motivado das designações toponímicas oferece possibilidades de incursão pelos domínios da língua, obviamente, da cultura, da história e da geografia, pois todas essas áreas encontram-se intrinsecamente relacionadas com a atividade de nomeação dos lugares.

O referencial teórico tem como base os trabalhos já desenvolvidos por Dick (1990); Fonseca (1997); Siqueira (2015), para explicar a conversão de um nome comum em um nome próprio para designar um lugar, e reconhecer os elementos de natureza física e de natureza cultural que permeiam a motivação subjacente ao signo linguístico em função toponímica. Este estudo pauta-se também, em contribuições teóricas de Biderman (1987), Antunes (2007) e Abbade (2012), com textos sobre o léxico.

Em relação às questões de cunho etimológico, recorre-se a Machado (2003), Cunha (1998), Barbosa (1970) e a Tibiriçá (1985), para as lexias de origem tupi, porque a relativa quantidade de topônimos tupis em áreas que não foram habitadas por povos dessa filiação

linguística, como é a situação de Goiás, pode refletir, de acordo com Rodrigues (2010), a expansão produzida pelas bandeiras paulistas.

Siqueira e David (2014) também contribuem para a construção teórica ao discutirem o papel da língua Tupi, especialmente na formação de topônimos no estado de Goiás. Para tanto, indicam Rodrigues (2010), sobre a história do estado, para compreender de maneira mais ampla o que esteve envolvido no processo de construção desses topônimos, principalmente, o movimento das Bandeiras e como ele culminou na formação geo-histórica de Goiás e influenciou diretamente no uso da língua geral por esses lados. A compreensão desse movimento, por meio de dados históricos, apresenta como tudo ocorreu e é fundamental nas discussões a serem suscitadas a respeito dos topônimos, tendo em vista a grande quantidade de nomes de origem Tupi em áreas que não eram habitadas por povos dessa filiação linguística.

Esta pesquisa se estrutura em quatro capítulos, mais esta introdução e uma parte destinada às considerações finais, que também contém algumas conclusões sobre a pesquisa dos topônimos de origem indígena e, ainda, apresenta, em linhas gerais, algumas contribuições de pesquisas toponomásticas para a área de estudos linguísticos em suas intersecções.

O primeiro capítulo é composto pela fundamentação teórica com apresentação de conceitos de topônimos, com base em Dick (1990). Nesse capítulo, apresenta-se um levantamento dos estudos toponomásticos, a fim de revisar conceitos e concepções básicos para realizar a análise dos topônimos de acordo com um aporte teórico que contemple o objetivo de reconhecer a motivação que subjaz à escolha de um nome, normalmente comum, para dar nome a um lugar, que, em função toponímica, passa por um processo de conversão para se tornar um nome próprio. O capítulo exhibe ainda um breve histórico acerca das línguas utilizadas em Goiás na época da ocupação do estado pelos bandeirantes.

O segundo capítulo desta pesquisa contém dados históricos, sociais e econômicos sobre a Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia. O capítulo traz ainda informações acerca da constituição de Ceres e Rialma, desde a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – a CANG, até a sua emancipação, além de evidenciar também questões históricas e econômicas sobre o município de Goianésia, destaque no setor industrial e comercial, atualmente.

No terceiro capítulo, discute-se o método e os procedimentos metodológicos para efetivação da pesquisa. Assim, indicam-se questões relacionadas ao fazer onomasiológico e

de procedimentos inerentes à pesquisa documental. Nesse sentido, convém ressaltar que o levantamento bibliográfico precede os demais.

E, no quarto capítulo, há a descrição, a análise e as discussões dos dados sobre os topônimos de origem indígena da região geográfica de Ceres-Rialma-Goianésia, pautadas em teorias e autores apresentados no primeiro capítulo deste trabalho.

Assim, espera-se que este estudo alcance outros tantos para que seja possível, reconhecer o papel das línguas indígenas (Língua Geral Paulista e Língua Geral da Amazônia e outras) na nomeação dos lugares brasileiros de uma maneira geral e dos lugares goianos de forma mais específica no que concerne aos aspectos linguísticos (morfologia, sintaxe, semântica), culturais, históricos, físicos e antropológicos que permeiam a escolha de um nome (e não outro) para um determinado lugar. Vale ressaltar que este estudo se insere no âmbito das pesquisas sobre a toponímia de Goiás e relaciona-se ao Atlas Toponímico do Estado de Goiás.

1 ONOMÁSTICA: CONCEITOS BASILARES

“[...] a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes” (Dick, 1990).

Este capítulo tem como objetivo apresentar e rever conceitos e concepções que fundamentam os estudos onomásticos, no que se refere a sua subárea, que trata dos nomes próprios de lugar, os topônimos. Traz também uma discussão acerca de conceitos e pressupostos dos estudos lexicais, haja vista que um nome de lugar faz parte do léxico toponímico e pode ser estudado na perspectiva da lexicologia também, além, é claro, de ser analisado de acordo com a estrutura morfológica, a sintática e a semântica. O capítulo contempla ainda alguns aspectos do ato de nomear por considerar, de acordo com Biderman (1998), que a nomeação, seja de pessoas ou lugares, é um ato intrínseco da espécie humana. O capítulo também apresenta um recorte histórico das línguas indígenas faladas à época da ocupação de Goiás pelos bandeirantes e os povos indígenas que realmente habitaram a região nos séculos XVII, XVIII e XIX. Cabe salientar que alguns topônimos goianos datam dos séculos XVII e XVIII e outros só são instituídos no século XX.

1.1 O léxico e o léxico toponímico

Em Seabra (2006), é possível encontrar a definição de léxico, fundamental nos estudos sobre os topônimos, como sendo o conjunto de palavras pertencentes a uma língua que são capazes de exteriorizar, por meio da nomeação, o universo mental de uma sociedade, que é responsável também pela cristalização de conceitos que serão compartilhados de geração a geração.

Para Biderman (1987), a forma como as palavras são utilizadas em uma língua natural é uma maneira de documentar o entendimento do mundo. Ao atribuir nomes aos elementos naturais ou culturais, o ser humano, ao mesmo tempo, os categoriza. Nomear é, portanto, condição necessária para que o ser humano seja capaz de compreender tudo aquilo que o

cerca, pois, a palavra designa o mundo e os elementos que compõem o orbe terrestre. (Abbade, 2012).

O conceito de léxico apresentado por Mendes (2015) é o de que este é composto por termos que dão nome à realidade representativa de um povo no que se refere ao âmbito social e cultural. Retomando Biderman (1987), é possível dizer que o léxico pode ser reconhecido como o tesouro de palavras de uma determinada comunidade linguística que possui um contexto histórico. Os nomes que o constitui são, pois, verdadeiras representações da cultura e da história de um povo. A esse respeito, Biderman (2001, p. 179), acrescenta: “Qualquer sistema léxico é a somatória de toda experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades”.

Os sistemas lexicais das línguas refletem, portanto, as culturas de seus falantes, evidenciam características e peculiaridades de seus povos. Seabra (2004) explica que, por possuírem significado, as unidades lexicais mostram os diferentes acontecimentos da história de uma sociedade, ao mesmo tempo em que categorizam o universo de acordo com as perspectivas de mundo por uma forma mais particular. Oliveira e Isquendo esclarecem, também, essa relação entre léxico e cultura. De acordo com as autoras,

[...] o universo lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeia e designam as diferentes esferas do conhecimento. Assim, na medida em que o léxico recorta realidades de mundo, define, também, fatos de cultura (Oliveira; Isquendo, 2001, p. 9).

Para Xavier (2015, p. 145), o léxico é o elemento da língua que mais detém (retém) o conhecimento cultural e histórico de dada sociedade, “porque ao léxico se atribui a função de configurar linguisticamente tudo o que integra o universo real e surreal do mais concreto ao mais abstrato, de modo a possibilitar uma interação social plena entre os falantes [...]”.

O Brasil, constituído de povos, raças e culturas distintas, carrega na língua, traços dessa heterogeneidade. Os nomes que compõem o seu léxico são carregados de informações e de sentidos de grande diversidade. Antunes (2007, p. 10) postula que

O léxico de uma língua é constituído de unidades criadas a partir da necessidade, expressa pelos grupos sociais, de interação com o universo sociocultural, e por isso mesmo essas unidades, emanadas desses grupos, carregam informações diretamente relacionadas às experiências humanas. Visto assim, o léxico é o manancial de onde os usuários da língua recolhem as unidades que vão compor o seu repertório de manifestação discursiva.

Para a autora, léxico é mais do que um conjunto de unidades. É um repositório de perspectivas através das quais cada comunidade enxerga o mundo, as coisas que a rodeiam e o significado de tudo isso.

Acerca da carga cultural que o léxico de uma língua carrega, Gomes (2019) afirma que este apresenta aspectos culturais de um povo, uma vez que as palavras empregadas pelos seus enunciadores refletem a experiência e a realidade que eles vivenciam. Por meio do conceito de léxico exibido, é possível dizer que o léxico toponímico, objeto de estudo dessa pesquisa, refere-se, portanto, ao conjunto de palavras utilizadas para nomear lugares. Os nomes que constituem o léxico toponímico de uma língua podem apresentar informações relevantes acerca de seus falantes, das memórias e histórias de comunidades linguísticas. Abbade (2012) reconhece que compreender o léxico de um idioma envolve estudar a história e a cultura daqueles que o utilizam. O léxico possui, portanto, uma carga cultural que revela aspectos sociais, políticos, históricos de povos e culturas distintas. Os nomes de lugares, os topônimos, estão, assim, sempre carregados de significados e de histórias.

Elementar no estudo sobre o léxico toponímico é aprofundar-se em questões sócio-histórico-culturais, visto que o léxico e o processo de nomeação estão diretamente ligados às questões sociais, políticas, históricas e culturais dos falantes da língua. A respeito da constituição da língua e de seu léxico, Abbade (2012) explica que cada palavra selecionada nesse processo revela características sociais, econômicas, etárias, culturais, entre outras, daqueles que a criaram.

O léxico toponímico pode, portanto, apresentar informações diversas sobre os lugares nomeados, tais como suas características físicas, costumes de povos que os habitam, questões culturais de uma dada comunidade linguística, entre tantas outras. Dessa forma, conforme Biderman (1987), “A geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras”.

1.2 O nome e o ato de nomear

Nome, do grego *onoma*, é um signo linguístico utilizado para denominar ações, seres, lugares etc. e dar significado ao que existe no mundo. Os nomes são, portanto, formas de averbar, por meio da língua, o que há no mundo, sendo constituídos por meio de elementos mórficos; são, então, representações escritas do que existe e integra o universo. Assim, “[...]”

nomeiam-se pessoas, rios, objetos, sentimentos, ruas, municípios, animais... Trata-se de uma necessidade essencial do indivíduo em termos de localização espacial, de domínio do território, de referência, de conhecimento e até de manifestação de poder” (Isquierdo; Dargel, 2020, p. 82). É por meio da relação com o ambiente que este ganha significado e pode ser compreendido.

De acordo com Carvalho (2018, p. 1124),

[...] para compreender o papel da língua na vida da comunidade, é preciso ir além do estudo de sua gramática e entrar no mundo da ação social, onde as palavras são encaixadas e constitutivas de atividades culturais específicas, como, por exemplo, o ato de nomear, em que se evidencia a importância da palavra e o seu papel como elemento revelador de aspectos socioculturais de um grupo humano.

Nomear é, para Andrade e Dick (2012, p. 198), “[...] uma necessidade de organização e de orientação”. O ato de nomear é intrínseco à espécie humana, como ressalta Biderman (1998, p. 88): “A atividade de nomear, isto é, a utilização de palavras para designar os referentes extralinguísticos é específica da espécie humana”; e é indispensável no processo de comunicação e na percepção da realidade. Dar nomes às coisas é condição necessária para que falantes da língua sejam capazes de estabelecer comunicação dentro de comunidades linguísticas e para que o ser humano seja capaz de compreender o mundo que o cerca.

Acerca do ato de nomear, Biderman (2006, p. 35) explica que,

Ao dar nomes às entidades perceptíveis e apreendidas no universo cognoscível, o homem as classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo.

Os nomes, reflexo da necessidade de organização social, estão sempre providos de significados. Estes, que constituem as línguas, são retratos de culturas, épocas e povos distintos. Carregam consigo traços históricos dos povos que os utilizam, características da cultura de comunidades humanas, entre tantas outras informações.

O Brasil traz em seu léxico nomes que se formaram por meio de elementos mórficos (prefixos, sufixos etc.), troncos e famílias linguísticas distintas. Nesse sentido, compreende-se que, por estes e outros motivos, os signos linguísticos que compõem o léxico do Português Brasileiro (PB), resultados de uma mescla de culturas e de processos, revelam características e peculiaridades de seus falantes.

1.3 Relação língua, cultura e identidade

Esta seção se constitui da discussão acerca da relação entre cultura e o processo de nomeação. Os conceitos e teorias sobre cultura e nomes revelam a estreita relação entre ambos. Deste modo, a seguir, são apresentados alguns conceitos, em diferentes abordagens teóricas para, em seguida, correlacionar a cultura com o processo de nomeação.

Geertz, (2008, p. 4) traz algumas definições de Kluckhohn sobre o termo cultura. Segundo o autor,

Kluckhohn conseguiu definir a cultura como: (1) "o modo de vida global de um povo"; (2) "o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo"; (3) "uma forma de pensar, sentir e acreditar"; (4) "uma abstração do comportamento"; (5) "uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente"; (6) "um celeiro de aprendizagem em comum"; (7) "um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes"; (8) "comportamento aprendido"; (9) "um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento"; (10) "um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens"; (11) "um precipitado da história" (Geertz, 2008, p. 4).

Nesse sentido, entende-se que o ser humano se constrói em suas interações socioculturais e reconhece identidades por meio delas. Isso se reflete na formação de suas crenças, pensamentos e comportamentos. Sua identidade se constitui, então, tendo em vista suas vivências que, por sua vez, são particulares.

Sobre identidade, Stuart Hall apresenta três concepções distintas para o termo: sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. O primeiro (sujeito do Iluminismo), baseia-se em uma concepção de “[...] pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior” (2006, p. 10). Trata-se, portanto, de uma concepção individualista. Já o sujeito sociológico, segundo Hall (2006, p. 11), reflete a “[...] consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundos que ele/ela habitava. Nesse sentido, a definição de sujeito sociológico expressa que a identidade se constitui por meio da interação entre o sujeito e a sociedade. Refere-se, assim, a uma “concepção interativa” (Hall, 2006, p. 11). E, por último, a concepção de sujeito pós-moderno considera que esta não possui “[...] uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’:

formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987 *apud* Hall, 2006, p. 12-13). Deste modo, esta visão de identidade do sujeito pós-moderno mostra que a identidade é mutável. Entende-se, então, que o sujeito admite diferentes identidades, em diferentes circunstâncias e lugares.

Geertz (2008, p. 4) postula que “[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”. Deste modo, para ele, a cultura está intrinsecamente ligada à interação homem e o seu meio, ou seja, sua cultura é resultado não somente de suas vivências, mas também de sua interação com o meio em que vive. Para o autor (2008), a cultura é resultado da relação que o homem possui com o que ele produz na sociedade. Portanto, o sujeito também assume um papel não só de reprodutor, mas atuante, ao interferir na cultura.

Conforme explica Clifford Geertz (2008, p. 10), “Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade”. Entende-se, portanto, que a cultura de um dado grupo/povo possui suas especificidades, que devem ser entendidas como fenômenos comuns, sem perder suas características próprias. Já nos termos de Bronislaw Malinowski (1962, p. 46), cultura é

[...] um conjunto integral de instituições em parte autônomas, em parte coordenadas. Ela se integra à base de uma série de princípios, tais como: a comunidade de sangue, por meio da procriação; a contiguidade espacial, relacionada à cooperação; a especialização de atividades; e, por fim, mas não menos importante, o uso do poder na organização política.

Deste modo, nota-se que, a cultura, conceituada e compreendida por meio de diferentes abordagens teóricas, resulta da interação sujeito e meio, que se dá por meio da língua. Por isso, “língua e cultura são indissociáveis” (Abbade, 2012, p. 141).

Nesse sentido, diz-se que a língua e a cultura possuem uma estreita relação (uma inter-relação). A língua reflete aspectos relevantes de comunidades linguísticas, tais como processos históricos que marcaram épocas e que influenciaram diretamente na escolha de nomes, questões geográficas acerca de locais nos quais os povos habitam, traços da cultura de seus falantes, entre tantos outros. Em consonância com Sapir (1961, p. 26 *apud* Abbade; Correia, 2020, p. 107), “[...] a língua é, antes de tudo, um produto cultural, ou social, e assim deve ser entendida”.

Assim, a língua é entendida como uma verdadeira representação cultural de povos, pois carrega traços de crenças, costumes, tradições e histórias de quem dela faz o uso. Os nomes próprios, por exemplo, partes constituintes do léxico de uma língua, podem indicar aspectos da cultura na qual se inserem e refletir esse caráter cultural dos signos linguísticos.

“Na Idade Média, o nome próprio de pessoa evidenciava de qual família e região o indivíduo pertencia” (Santos, 2003, *apud* Frai, 2017, p. 147). Os nomes próprios de lugares, os topônimos, também revelam características culturais, históricas e geográficas dos lugares que nomeiam. Inúmeros topônimos e antropônimos Brasil afora são resultados de processos que consistem na nomeação, tendo em vista aspectos da história, costumes e práticas de comunidade(s) linguística(s).

Segundo Sousa e Martins (2017), os nomes de lugares resultam da ação do homem e carregam uma história. Topônimos como Itapuranga (de *itá-poranga*, pedra bonita), Ipameri (de *upá-miri*, lagoa pequena), Uruaçu (de *uru-assu*, ou *uru-guassu*, galinha), Itaberaí (de *itaberá-y*, rio da pedra luzente) carregam a memória e traços da cultura dos primeiros povos que habitaram o território brasileiro.

Compreende-se, assim, que há uma estreita relação entre o processo de nomeação e a cultura de uma dada comunidade, pois é por meio do nome que a comunicação se realiza e que o homem é capaz de registrar e compreender tudo que o cerca. Marcondes (2010, p. 78) recorre a Sapir-Whorf para discutir a relação nome-cultura e destaca que,

Segundo a hipótese Sapir-Whorf, a língua de uma determinada comunidade organiza sua cultura, sua visão de mundo, pois uma comunidade vê e compreende a realidade que a cerca através das categorias gramaticais e semânticas de sua língua. Há, portanto uma interdependência entre linguagem e cultura. Um povo vê a realidade através das categorias de sua língua, mas sua língua se constitui com base em sua forma de vida.

Posto isto, percebe-se que há uma relação de dependência mútua entre língua e cultura, pois a primeira (língua) promove a segunda (cultura) dentro de comunidades linguísticas, visto que, é por meio da língua e de seu uso que os sujeitos compreendem o mundo e se organizam em sociedade. Assim, a existência de uma implica a presença de outra.

Aprofundar-se em estudos linguísticos como este permite compreender questões históricas, identitárias, sociais e culturais que envolvem a língua e o seu léxico, seus usos, processos de formação e de nomeação. Adentrar em tais questões reflete-se na compreensão de que a língua, resultado da necessidade de comunicação humana, apresenta informações valiosas sobre quem a fala, entre outras coisas. Permite, também, refletir acerca da relação

entre língua e identidade, fazendo compreender que a(s) identidade(s) de um sujeito se constitui(em) por meio de suas práticas enquanto um ser que é constituído sócio-histórico-linguístico-culturalmente na(s) comunidade(s) da(s) qual(is) participa. Logo, a nomeação e as escolhas lexicais que o sujeito faz para se comunicar estão relacionadas a questões também identitárias.

1.4 A Toponomástica e a Toponímia

O nome sempre esteve presente na vida do ser humano, desde tempos remotos, pois nomear trata-se de uma necessidade, talvez da essência do ser humano. O nome próprio, especificamente, fulcro deste estudo, “[...] tem como função registrar atitudes e posturas sociais de um povo, suas crenças, profissões, região de origem, entre outros aspectos” (Carvalhinhos, 2007, p. 20). Este, de acordo com Seabra e Isquerdo (2018, p. 994), constitui “[...] um sistema de denominação que reflete o modo de viver de uma cultura e a maneira desta representar os seus valores”.

A Onomástica, área da Linguística que se ocupa do estudo dos nomes, há tempos, dedica-se a investigar e analisar os nomes próprios e as questões inerentes a eles. Esta se divide em duas subáreas: a Antroponomástica, que tem como objeto de estudo os nomes próprios de pessoas – os antropônimos; e a Toponomástica, cujo foco está no estudo dos nomes de lugares – os topônimos.

A “Toponomástica”, “Do gr. *tópos*, lugar, e *onomastilté*, nominal” (Nascentes, 1955, p. 498), é a ciência que se encarrega do estudo dos nomes próprios de lugares, isto é, dos topônimos. Trata-se de um ramo da Onomástica, de cunho interdisciplinar, visto que está diretamente ligado a questões lexicológicas, antropológicas, históricas, geográficas, ecológicas, entre outras.

O termo “Toponímia”, “Do gr. *tópos*, lugar, *ónyma*, eolismo por *ónoma*, nome, e suf. *ia*” (Nascentes, 1955, p. 498), é, portanto, resultado da junção dos elementos gregos *tópos* e *ónoma*. A Toponímia é caracterizada por Dick (1990, p. 35) como “[...] um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”. Isso porque, segundo Tavares (2009), é necessário o suporte teórico de outras áreas de conhecimento, como a História, Geografia, Antropologia, Ecologia, para citar apenas algumas, para compreender as questões históricas, geográficas, culturais e sociais que estão imbricadas no processo de nomeação dos lugares.

Para Coseriu (1999), há uma diferença entre os dois termos, “Toponomástica” é a área da Onomástica que estuda os designativos de lugar, a disciplina que os estuda; já o termo “toponímia” designa o “conjunto de topônimos de determinado lugar”.

Cabrera (2022, p. 3), em consonância com Coseriu (1999, p. 15), acentua a distinção entre a toponímia e a Toponomástica. Conforme a autora, “[...] distinguiremos estritamente entre toponímia, como ‘conjunto de los nombres de lugar’, y toponomástica como disciplina que los estudia”. Para ela, a primeira (Toponímia) refere-se a um conjunto de topônimos enquanto a segunda (Toponomástica) remete a um campo do léxico que estuda os nomes de lugares e ambas têm como foco o topônimo.

Sobre o caráter interdisciplinar dos estudos toponímicos, Dick (1990, p. 42) acentua que

[...] os estudiosos da Toponímia assim o parecem definir, em razão da importância de que se reveste como fonte de conhecimento, não só da língua falada na região em exame, como também de ocorrências geográficas, históricas e sociais, testemunhadas pelo povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário (Dick, 1990, p. 42).

Como se vê, para muitos toponimistas, a distinção entre os dois termos não é muito observada. Muitos estudiosos dos nomes de lugares ou usam apenas “toponímia” (estudos toponímicos) ou usam os dois termos (toponímia e Toponomástica) sem, entretanto, fazer a distinção entre ambos, ou ainda usam os dois com a devida distinção.

1.5 O topônimo

Conceito básico na constituição deste estudo é o de topônimo, estudado na Toponomástica, ramo da Onomástica que visa investigar a origem, as mudanças e a função toponímica de nomes de lugares (Cabrera, 2002).

Os topônimos são signos linguísticos utilizados para nomear lugares. Para Fonseca (1997), a utilização de topônimos surge da necessidade de nos referirmos a um ponto geográfico de uma maneira que não seja ambígua, o que nos obriga a nomeá-lo, sendo, pois, uma atividade inerente à condição humana. Dick (1990, p.5) explica que “[...] a nomeação dos lugares sempre foi atividade exercida pelo homem, desde os primeiros tempos alcançados pela memória humana” (Dick, 1990, p.5). Sobre os topônimos, Dick (1990, p.95) afirma que:

[...] o topônimo, enquanto fato da linguagem, tem uma formação e uma função idêntica à dos demais vocábulos. Tanto que Charles Rostaing conceituou-o, formalmente, como um signo linguístico constituído de "vogais e de consoantes, fonemas articulados pelo aparelho fonador e transmitidos ao cérebro pela audição". [...] Para nós, a aplicação ou o uso que se faz desse signo da língua é que o torna "especialíssimo" nas disciplinas onomasiológicas.

Portanto, o que diferencia o signo toponímico dos demais signos linguísticos é o uso que fazem dele. Ambos se constituem de vogais e consoantes e têm o papel de nomear algo, porém se distinguem quanto à sua utilização. No caso dos topônimos, há uma relação entre o nome e a coisa nomeada, uma vez que as escolhas destes nomes resultam de motivações diversas, há um aspecto de referencialidade. Tais escolhas podem estar relacionadas a aspectos geográficos, sociais, históricos e/ou culturais de um lugar e de um povo, por exemplo, e, por isso, possuem uma carga cultural.

Os signos toponímicos revelam, mesmo que implicitamente, dados valiosos acerca de comunidades e de seus falantes. Segundo Dick (1990, p. 22), os topônimos são "verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registradas nos mais diversos momentos da vida de uma população", pois trazem, em suas estruturas, elementos que apontam acontecimentos que envolvem a formação e a povoação de um espaço geográfico, por exemplo.

Discussões a respeito dos topônimos envolvem, além de aspectos geográficos, questões de cunho histórico, cultural e, claro, linguístico; afinal, o cenário geográfico envolto por um momento histórico específico é de fato materializado e eternizado a partir de uma construção linguística. Esses aspectos constituem a causa denominativa, que, segundo Castro (2018), nem sempre coincide com a motivação propriamente dita.

Segundo Seabra e Santos (2012, p. 246), o topônimo, como resultado de uma cultura, carrega valiosas informações:

(i) aponta a origem histórica de povos antigos e a localização, com precisão de sítios desaparecidos; (ii) oferece descrições preciosas de relevos, apontando paisagens que já tenham desaparecido em decorrência da ação antrópica ou da natureza; (iii) indica a localização de nomes de rochas, estruturas do solo, locais antigamente minerados; (iv) aponta um amplo corpus de nomes de lugares que se refere à fauna atual ou desaparecida; (v) fornece conhecimento sobre a vida religiosa, agrícola, etnológica, dentre muitos outros dados.

Provavelmente, por carregarem tantas informações, o estudo dos topônimos se revista de caráter interdisciplinar, multidisciplinar e compartilhe com outras áreas do conhecimento humano informações que contribuam para a elucidação de problemas

comuns a essas áreas.

1.6 O caráter não arbitrário do topônimo

Os “topônimos”, do grego *tópos* (lugar) e *ónoma* (nome), referem-se aos signos linguísticos utilizados para nomear lugares. Trata-se de signos de cunho motivacional², pois, há razões pelas quais estes são escolhidos para nominar locativos, diferentemente do que ocorre com os signos linguísticos comuns. Sobre a função dos topônimos e os aspectos que envolvem estes nomes e os lugares que nomeiam, Isquierdo (1997, p. 31-32) ressalta que,

[...] primeiramente, trata-se de nomes próprios cuja função específica é a de identificar e não de significar [...] cuja análise de sua estrutura pode fornecer elementos para esclarecer muitos aspectos referentes à história política, econômica e sociocultural de uma região [...]. Em segundo lugar, é preciso atentar para o fato de que toda nomeação, normalmente, é estimulada (ou até mesmo condicionada) por fatores inerentes à realidade circundante do denominador.

Como visto acima, ao pensar na função primeira da identificação, há o pressuposto de que, por exercer a nomeação e não a significação, o nome próprio gera uma estimulação voltada para a realidade na qual se encontra inserida. Assim, a motivação da escolha dos nomes de lugares pode estar relacionada a questões geográficas, históricas, culturais, sociais, entre outras. Os motivos estão diretamente associados ao povo e a processos.

Nota-se que é por meio dos lugares e das situacionalidades que há a possibilidade de os topônimos ocorrerem, sobretudo, no que tange aos elementos geográficos. Vale dizer que, ao contrário dos signos comuns, estes possuem uma característica não arbitrária, o que significa dizer que a escolha dos topônimos é motivada. Há, portanto, uma razão pela qual o nome é escolhido, razão esta que pode ser dada de diversas maneiras. Ainda segundo Dick (1990), a escolha dos nomes próprios revela a diversidade da motivação, o que, em última análise, reflete a natureza psicossocial do ser humano, assim como as tendências e costumes predominantes em sua época e ambiente.

Dick (1990) também ressalta que não é toda vez que, na toponímia, há uma explicação coesa sobre um nome específico. Assim, muitas vezes, é possível estabelecer uma conexão entre o aspecto onomasiológico e um motivo aparente, porém a verdadeira causa do nome, sua razão de existir necessária e única, pode estar relacionada a fatores que vão além do

² Cf. nota 1.

processo de verificação de momento, que envolve identificar o topônimo e sua significância diante das organizações. Dessa maneira,

[...] a motivação toponímica pode ser encarada sob dois pontos de vista: - aquele do denominador e das razões que o levaram, dentro de um processo paradigmático de possibilidades, a selecionar uma delas, a que mais respondesse às suas necessidades momentâneas de opção; - e o da natureza do produto dessa escolha, isto é, da substância mesma do topônimo, revelada pelos seus componentes linguísticos (Dick, 1990, p. 49).

De acordo com a autora supracitada, o elemento linguístico em comum no contexto que está sendo explorado tem a função de nomear ou identificar lugares, fazendo parte de um processo de conexão motivacional, onde muitas vezes é possível deduzir conexões habilidosas entre o nome em si e a área que ele designa.

Dessa maneira, o aspecto duplo da motivação toponímica fica à mostra em dois momentos: primeiro, quando se há uma intenção que impulsiona o denominador, influenciado por várias circunstâncias, seja de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a escolher, através de um verdadeiro processo seletivo, um nome específico para um determinado acidente geográfico; e em um outro momento, na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, e que pode envolver diversas origens, trazendo maior clareza em relação à motivação do topônimo. Dessa maneira, “[...] a motivação envolve uma complexa interação das condições do indivíduo e do ambiente total em que se encontra” (Mouly, 1970 *apud* Dick, 1990, p. 49).

Em função disso, conforme Carvalhinhos e Antunes (2018, p. 2), a função do signo não pode ser considerada arbitrária como um signo comum. Se, na linguagem comum, a função de nomeação é definida pela arbitrariedade ou convenção, na toponímia ela é essencialmente motivada, ou impulsionada, por fatores de diferentes conteúdos semânticos, que podem levar à localização de áreas toponímicas, correspondentes ou não, às respectivas áreas geográfico-culturais. Aquele que nomeia também se faz pertinente, uma vez que se encontra inserido em uma situação/contexto histórico e social.

Nesse sentido, Melo (2017) afirma que o nomeador, como sujeito social e historicamente situado, tem o poder de dar nomes aos lugares. Esses nomes são fruto das motivações humanas em um contexto cultural específico e são influenciados por um sistema de práticas, valores, crenças e interesses relacionados a ele. Ainda que o motivo original de escolha do topônimo não exista mais, tais associações podem continuar permeando a memória do lugar.

1.7 Taxeonomias dos topônimos

Os topônimos dividem-se em duas classes. Trata-se de uma divisão proposta por Dick (1990) que categoriza os topônimos em sistema de taxes. Há, portanto, segundo a taxonomia de Dick (1990), os topônimos de natureza cultural³, aqueles relacionados ao psiquismo humano: relativo a nomes próprios, à cultura espiritual, títulos e dignidades que acompanham nomes próprios, nomes de cidades, estados, regiões, países e continentes, nomes relativos a indicadores cronológicos, vias de comunicação urbana ou rural, entidades mitológicas, elementos da cultura material, elementos étnicos, topônimos formados por frases ou enunciados linguísticos, pelos nomes “aldeia”, “vila”, “arraial”, “cidade” e “povoado”, nomes relacionados às habitações, às atividades profissionais, aos nomes sagrados, aos santos, às partes do corpo humano ou animal, aos movimentos de caráter histórico-social e aos adjetivos numerais; e os de natureza física, aqueles relacionados a elementos da natureza: aos corpos celestes, às posições geográficas, às escalas cromáticas, aos fenômenos atmosféricos, às características dimensionais, de natureza vegetal, mineral e animal, formas topográficas, acidentes hidrológicos, relacionados ao fogo e às formas geométricas (Carvalho, 2010).

Quadro 1: Taxeonomias de natureza cultural

TAXEONOMIAS DE NATUREZA CULTURAL
<p>Animotopônimos: refere-se aos topônimos alusivos à vida espiritual e psíquica: Boa Esperança (cidade do estado do Paraná); Paraíso do Norte (cidade localizada no estado do Paraná); Sossego (cidade da Paraíba).</p>
<p>Antropotopônimos: refere-se aos topônimos alusivos a nomes próprios: Antônio Gonçalves (cidade do estado da Bahia); Pedro Teixeira (cidade do estado de Minas Gerais); Teodoro Sampaio (cidade do estado de São Paulo).</p>
<p>Axiotopônimos: refere-se aos topônimos formados por meio de nomes próprios de pessoas, acompanhados de títulos: Presidente Dutra (cidade do Maranhão); General Carneiro (cidade localizada no estado de Mato Grosso); Governador Valadares (cidade de Minas Gerais).</p>
<p>Corotopônimos: refere-se aos topônimos relativos a nomes de continentes, países, estados, cidades ou regiões: Rua Jaraguá (Uruana - GO); rio Amazonas (Amazonas).</p>
<p>Cronotopônimos: refere-se aos topônimos alusivos a indicativos cronológicos por meio do uso dos adjetivos novo/a, velho/a: Novo Mundo (cidade do estado de Mato Grosso); Nova</p>

³ Dick (1990) utiliza o termo “antropocultural”, provavelmente cunhado por ela.

Crixás (cidade do estado de Goiás); Porto Velho (cidade brasileira localizada no estado de Rondônia).

Dirrematotopônimos: refere-se aos topônimos formados por meio de enunciados linguísticos ou frases: Rio Passa Três (Uruaçu – GO); Fazenda Boa Vista (Jaraguá – GO).

Ecotopônimos: refere-se aos topônimos alusivos a habitações: Casa Nova (cidade da Bahia); Rancho Alegre (cidade do estado do Paraná).

Ergotopônimos: refere-se aos topônimos alusivos à cultura material: Monjolos (cidade do estado de Minas Gerais); Ribeirão Baú, localizado no município de Pires do Rio – GO (Cleber, 2017).

Etnotopônimos: refere-se aos topônimos alusivos a etnias de povos: Crixás, cidade do estado de Goiás, do tupi, *Crixá*, “nome de uma tribo que outrora habitou a região” (TIBIRIÇÁ, 1985, p.45); Rio Xavante (Tocantins).

Hagiotopônimos: refere-se aos topônimos cujos nomes estão relacionados a santos e santas: Santa Terezinha de Goiás (cidade localizada no estado de Goiás); Santa Isabel (cidade de Goiás); São Paulo (estado brasileiro e cidade localizada no sudeste do Brasil).

Hierotopônimos: refere-se aos topônimos alusivos a nomes sagrados de crenças diversas e associações religiosas: Rio das Almas (Goiás); Igreja Nova (cidade localizada no estado de Alagoas); Cruz das Almas (cidade da Bahia).

Historiotopônimos: refere-se aos topônimos cujos nomes possuem caráter histórico: Bandeirantes (cidade de Goiás); Bandeira (cidade localizada no nordeste do estado de Minas Gerais).

Hodotopônimos: refere-se aos topônimos alusivos a vias de comunicação urbanas ou rurais: Ponte Alta (cidade do Tocantins); Ponte Alta (povoado localizado no município de Montes Claros de Goiás).

Mitotopônimos: refere-se aos topônimos cujos nomes relacionam-se a entidades mitológicas: lago Curupira (AM).

Numerotopônimos: refere-se aos topônimos cujos nomes apresentam numerais: Duas Barras (BA).

Poliotopônimos: refere-se aos topônimos que se constituem com o uso dos nomes “aldeia, povoado, cidade, arraial, vila”: Vila Propício (localizada no estado de Goiás); Vila Santa Bárbara (estado de Goiás).

Sociotopônimos: refere-se aos topônimos alusivos a atividades profissionais ou pontos de encontros: Ribeirão Mucambo, Pires do Rio – GO (Cleber, 2017).

Somatotopônimos: refere-se aos topônimos cujos nomes apresentam, metaforicamente, partes do corpo humano ou de animal: Córrego Olho d'água (Ipiranga de Goiás - GO).

Fonte: (Carvalho, 2010), adaptado pela autora deste trabalho.

Quadro 2: Taxeonomias de natureza física

TAXEONOMIAS DE NATUREZA FÍSICA

Astrotopônimos: refere-se aos topônimos alusivos a corpos celestes: Jaciara (cidade de Mato Grosso), do tupi, *jassy-ara*, “tempo de lua, tempo de luar” (Tibiriçá, 1985, p.72).

Cardinotopônimos: refere-se aos topônimos alusivos às posições geográficas: Córrego do Meio (Carmo do Rio Verde - GO).

Cromotopônimos: refere-se aos topônimos alusivos à escala cromática: Fazenda Água Branca (Uruana – GO); Rio Verde (cidade localizada no estado de Goiás).

Dimensiotopônimos: refere-se aos topônimos que apresentam características dimensionais dos lugares que nomeiam: Córrego Grande (SC).

Fitotopônimos: refere-se aos topônimos de natureza vegetal: Arapari, (cidade do Ceará, cachoeira em Roraima), do tupi, *arapari*, “[...] certa árvore dos igapós amazonenses cujo fruto é procurado pelas tartarugas” (Tibiriçá, 1985, p. 23); Juqueri (localidade de SP), do tupi, *jukeri*, “[...] esp. de planta também chamada mimosa, sensitiva e dormideira” (Tibiriçá, 1985, p.78); Castanheira (cachoeira no estado do Pará); Buriti Alegre (cidade do estado de Goiás).

Geomorfotopônimos: refere-se aos topônimos relativos a formas topográficas: Morro Agudo de Goiás (cidade do estado de Goiás); Morrinhos (cidade localizada no estado de Goiás).

Hidrotopônimos: refere-se aos topônimos alusivos a acidentes hidrológicos: Itiquira (cidade localizada no estado de Minas Gerais), do tupi, *y-tykyra*, “[...] água que distila, água que respinga” (Tibiriçá, 1985, p. 69); Igarapê (cidade localizada no estado de Minas Gerais), do tupi, *igar-apé*, “[...] caminho de canoas; passagem estreita de um rio; no Amazonas, igarapés são pequenos braços de rio” (Tibiriçá, 1985, p. 58); Iguaçu (rio localizado), do tupi, *y-guassu*, “rio grande” (Tibiriçá, 1985, p. 58); Cachoeira do Arari (cidade localizada no estado do Pará).

Igneotopônimos: topônimos relativos ao fogo: Fazenda Conceição do Curral Queimado (município de Uruana – GO).

Litotopônimos: refere-se aos topônimos de natureza mineral: Ouro Preto (MG), Turmalina

(MG, SP), serra das Ametistas (BA), Cristalina (GO), Terra Alta (BA), Barrinho (MT) (Dick, 1990).

Meteorotopônimos: refere-se aos topônimos alusivos a fenômenos atmosféricos: Cachoeira da Chuva (RO).

Morfotopônimos: refere-se aos topônimos que apresentam formas geométricas: Ilha Quadrada (RS)

Zootopônimos: refere-se aos topônimos de natureza animal: Araras (cidades localizadas nos estados de São Paulo e Ceará); Araguari (cidade e rio localizados no estado de Minas Gerais), do tupi, *araguari*, é o “nome de uma ave peralta de cor parda” (Tibiriçá, 1985, p.22); Guarái (cidade localizada no estado de Goiás), do tupi, *guará-y*, “rio das garças, ou, alt. de *aguará-y*, rio dos lobos” (Tibiriçá, 1985, p.52).

Fonte: (Carvalho, 2010), adaptado pela autora deste trabalho.

Como se vê, o conjunto de taxes se inserem numa ou noutra categoria (físico natural ou cultural) e, por meio da origem do topônimo e da descrição semântica dos elementos mórficos que o constituem, é possível chegar a uma provável motivação, desde que dados linguísticos sejam comparados e descritos face a outros fatores (extralinguísticos) vinculados a uma provável motivação para escolha de um determinado nome (e não outro qualquer) para nomear um lugar específico.

1.8 As línguas da colonização

Aprofundar em estudos sobre os processos históricos que envolvem o estado de Goiás permite compreender a contribuição do tupi na nomeação de locativos goianos. Portanto, esta seção se constitui de um compilado de acontecimentos ocorridos em território goiano a fim de evidenciar de que forma tais fatos contribuíram para a forte presença do tupi nos nomes de locativos, especialmente os que compreendem a Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia.

Ao tratar sobre alguns topônimos e suas origens indígenas, o objetivo é suscitar discussões a respeito da herança indígena deixada em nossa língua. Por mais que tentem apagar a forte presença indígena, de uma forma ou de outra, ela vem se mantendo viva e se eternizou nos nomes de várias cidades Brasil afora. Analisar a forma como essa utilização de termos indígenas, na criação de topônimos, acontece, é investigar a forma direta ou indireta de como se deu essa relação com essa cultura base de nosso povo. Sobre a importância de se

pensar sobre os topônimos, Sousa e Martins (2017, p. 3-4), em consonância com Dick (1990, p. 22), afirmam que:

Nesse sentido, percebe-se que uma simples palavra, o nome, pode ser utilizado como um poderoso instrumento de dominação, pois sua escolha pode expressar uma ideologia de um determinado grupo social e apagar outras de um grupo subjugado. Assim, o nome de um lugar, quando pronunciado ou quando visualizado nos mapas, nas placas de ruas, nas fachadas de prédios, não devem ser tratados como um dado natural, pois ele é fruto da ação do homem e carrega uma história, possuindo uma significativa carga cultural. Dick (1990) refere-se aos topônimos (nomes próprios de lugares) como “verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registradas nos mais diversos momentos da vida de uma população”.

Estando fundado sob a ótica etnocêntrica do colonizador europeu, o Brasil tem ignorado sua ascendência indígena, visto que, a partir das hierarquizações que tomam como referência o padrão branco europeizado, seria aquela uma cultura incivilizada e involuída. Para Souza (2016), o imaginário da população brasileira, no que diz respeito a seus preconceitos, foi construído da forma como se assimilou e aprendeu a visualizar a realidade brasileira, via ótica do colonizador.

Trata-se, acima de qualquer coisa, de uma questão política ampla sob diversos aspectos, pois é inegável a presença indígena na cultura goiana, verificável especificamente por meio do estudo do léxico, para resguardar questões sociais que envolvem esses grupos étnicos desde o início da organização política do país, especialmente Goiás.

O Brasil é um país plurilíngue, no entanto, políticas linguísticas tais como a do *Diretório dos Índios* (1757), de Marquês de Pombal, que impôs o uso da “Língua do Príncipe” (*Diretório dos Índios*, artigo 6º, 1757) nos aldeamentos e proibia o uso de qualquer outra; a de Couto de Magalhães em sua proposta de ensino de língua no livro *O Selvagem* (1876), entre outras, contribuíram para o silenciamento da história de várias línguas, pois o objetivo, naquele período, era transformar o Brasil em um país monolíngue, uma vez que, o multilinguismo “[...] estaria em permanente conflito com o nacionalismo e na contramão de um desenvolvimento harmônico e de um crescimento uniforme de toda a sociedade” (Mollica, 2007, p. 27). Evidentemente que tais intervenções não têm eficácia de controle linguístico, isto é, não se extinguem povos, línguas e culturas por meio de decretos. Os povos resistem.

Em 1.500, época da chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil, o país constituía-se de uma diversidade de povos indígenas e de línguas faladas por eles, que com o decorrer dos anos, foram extintas em grande extensão. Eram aqui faladas mais de 1.000 línguas àquele

período, segundo Bíziková (2008, p. 6). O ano de 1549 foi marcado pela chegada dos jesuítas em terras brasileiras, com o objetivo de catequizar e cristianizar os povos que aqui viviam, visando à ampliação da religião católica no novo continente com iniciativas desenvolvidas pelos jesuítas. Seki (2000, p. 235) explica que

O primeiro contato ocorreu com povos tupi que ocupavam na época toda a costa brasileira e, com exceção do kariri, a língua falada por esses povos foi a única estudada nos primeiros trezentos anos de colonização. Os materiais linguísticos existentes foram produzidos sobretudo por missionários jesuítas portugueses, entre os quais se destacam as figuras do padre José de Anchieta.

Porém, para o primeiro contato com os povos indígenas, os missionários jesuítas precisaram aprender a língua dos nativos destas terras para que, assim, pudessem entrar em contato, catequizá-los e cristianizá-los. O tupi, falado no país, principalmente, na costa do Brasil, no período colonial passou a ser utilizado, portanto, por missionários jesuítas em suas missões catequéticas.

Nos povoados mais apartados, a catequese, iniciada e desenvolvida pelos jesuítas, ia dando à língua bárbara os foros de um veículo civilizador. Falavam os padres a língua dos aborígenes, escreviam-lhe a gramática e o vocabulário, e ensinavam e pregavam nesse idioma. Nos seminários para meninos e meninas, curumins e cunhatains, filhos dos índios, mestiços ou brancos, ensinavam, de ordinário, o português e o tupi, preparando deste modo os primeiros catecúmenos, os mais idôneos, para levar a conversão ao lar paterno (Sampaio, 1987, p.69).

Assim, aos poucos, os jesuítas foram ensinando e inserindo a sua língua na cultura dos indígenas, falantes do tupi, que mais tarde, deu espaço à Língua Geral Paulista e à Língua Geral Amazônica. A LGP, de acordo com Rodrigues (2010), oriunda do tupi, expandiu-se com o Movimento das Bandeiras e perdurou do século XVI ao século XIX, enquanto que a LGA, derivada do tupinambá do Pará, perdura desde o século XVII até os dias atuais.

O item a seguir traz um breve histórico das línguas usadas em Goiás no período da ocupação do estado pelos bandeirantes.

1.9 As línguas indígenas e a nomeação dos lugares goianos

Os topônimos de origem tupi estão espalhados Brasil afora nomeando ruas, vilas, povoados, distritos, cidades e estados. A compreensão dessa presença indígena nos nomes de

lugares implica adentrar na construção sociocultural do país, evidenciando o estado de Goiás, principalmente no que diz respeito às questões que envolveram a empreitada linguística que constitui a identidade cultural do Brasil.

À época da colonização, “[...] quando o desbravamento dos sertões apenas começava e as expedições para o interior se sucediam, com a obstinação das coisas fatais e irresistível, o tupi era deveras a língua dominante, a língua da colônia” (Sampaio, 1987, p.69). O tupi foi, por muito tempo, a língua mais falada em território brasileiro, principalmente, na costa brasileira, região na qual os portugueses se instalaram assim que chegaram ao país. Esta se tornou importante instrumento de comunicação entre os colonizadores portugueses e os indígenas (Bagno; Carvalho, 2014). É, segundo Sampaio (1987, p.69), “Ao europeu, porém, ou aos seus descendentes cruzados, que realizaram as conquistas dos sertões, é que se deve a maior expansão do tupi, como língua geral, dentro das raias atuais no Brasil”.

Em Bíziková (2008), há um resgate histórico a respeito dessa construção, que pode evidenciar a trajetória da língua Tupi nesse processo, tendo em vista o movimento das Bandeiras que adentraram o estado de Goiás e, desde então, propiciaram o cenário a partir do qual foram criados muitos dos topônimos. Sobre esse movimento, fundamental na compreensão da temática proposta, encontramos nas palavras de Bíziková (2008, p. 20) um breve recorte a respeito de como se deu esse processo:

Existem informações que comprovam o facto de os portugueses, no período da colonização, a partir de 1532, terem aproveitado os nativos e os seus conhecimentos sobre o ambiente nas viagens ao interior do país, conhecidas como bandeiras. Durante as expedições, os colonizadores aprendiam com os índios a toponímia e o vocabulário da fauna e da flora. Já que o primeiro contato conseguido pelos portugueses foi o contato com as tribos tupis, muitas dessas palavras, posteriormente incorporadas em português, são oriundas de suas línguas. A procedência dos nativos, que faziam parte das bandeiras, explica o porquê nas zonas nunca povoadas pelos tupis existia uma presença notável dos topônimos baseados nesses idiomas.

Bíziková (2008), além de oferecer uma pertinente orientação teórica, também discute, detalhadamente, ao longo de seu trabalho, todo o processo que envolveu a relação linguístico-cultural entre indígenas e portugueses.

Goiás era conhecido e percorrido pelas bandeiras quase que desde os primeiros anos da colonização. Já no primeiro século da colonização do Brasil, diversas expedições cruzaram parte do território do atual estado de Goiás. Várias bandeiras movimentaram o estado, a mais famosa delas, comandada por Bartholomeu Bueno da Silva, mais conhecido como

Anhanguera. O seu contato com os povos indígenas deu-se por volta de 1682, quando, percorrendo o Rio Vermelho, encontrou ouro e a tribo Goyá.

Este homem naturalmente afouto, astucioso e avezado a trabalhos d'esta natureza, a quem o genio deu o nome de Anhanguéra, que conservam os seus descendentes, que na linguagem do paiz quer dizer Diabo velho peli estratagem de accender aguardente em uma vasilha, com ameaça de abraçar todos os rios e todos os indios que se lhe não rendessem, seguido de um filho do mesmo nome, de idade de doze annos (que veio a ser o descobridor d'esta capitania), e outros aggregados, chegou pouco mais ou menos em 1682 ao domicilio do pacifico gentio Goyá, que agora habitamos (SOUSA, 1849, p. 432).

Bíziková (2008, p. 20) salienta que “Existe a pressuposição de que os bandeirantes e os jesuítas foram os primeiros a conhecer os topônimos usados pelos nativos e foram eles que começaram a aplicá-los na língua quotidiana”. Assim, a língua dos nativos destas terras passa a ser utilizada também por portugueses e mestiços.

Durante o período colonial, os primeiros contatos entre os portugueses e os indígenas que ocorreram, segundo Rodrigues (2010), no século XVI, com início na década de 30, se efetuaram principalmente com falantes das línguas tupi e tupinambá. Os autores acentuam que “Ao estabelecer relações amistosas com uma comunidade indígena, os portugueses foram aprendendo a usar a língua desta e, aos poucos, foram introduzindo em suas conversas em português os nomes indígenas das coisas típicas do novo meio ambiente” (Rodrigues, 2010, p. 31).

Rodrigues (2010) explica que na época da colonização, o número de homens que vinham nas embarcações era muito superior ao de mulheres e, por este motivo, “[...] foram muito frequentes as relações entre homens portugueses e mulheres indígenas, um tipo de relação inicialmente favorecido por líderes indígenas com a intenção de firmar alianças estáveis com estrangeiros detentores de muitos bens materiais novos” (Rodrigues, 2010, p. 36-37). Em consequência disso, houve, portanto, um crescimento no número de mestiços, fruto desse contato. Estes falavam a língua das mães e de seus parentes indígenas com os quais conviviam. “[...] o número de mestiços, chamados então de mamelucos, cresceu tanto usando a língua tupi (ligeiramente modificada pelo convívio com a portuguesa) que esta foi difundindo-se e passou a ser chamada *língua geral*” (Rodrigues, 2010, p. 37), atualmente, conhecida como *língua geral paulista* (LGP).

Os mestiços, conforme elucida Rodrigues (2010), passam a integralizar o Movimento das Bandeiras rumo ao interior de Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo e Goiás “[...]”

levando consigo o uso das duas línguas, português e língua geral, e atribuindo nomes ora numa, ora na outra aos lugares por onde passava” (Rodrigues, 2010, p. 37). Assim, “[...] o português foi durante muito tempo uma língua de poucos, já que a maioria da população se valia do tupi ou das línguas gerais” (Bagno; Carvalho, 2014, p. 9). Daí a explicação para a forte presença de topônimos de origem tupi em Goiás e em regiões nas quais os povos tupis-guaranis nunca haviam habitado.

A contribuição do léxico tupi (Língua Geral Paulista) para a toponímia de Goiás é enorme, principalmente relacionado a nomes de cidades. Siqueira e David (2014, p. 125) apontam que em Goiás, dos 246 municípios, ao menos 70 têm nomes indígenas, apresentam uma base léxica, seja na raiz, ou mesmo na utilização do sufixo. Inúmeros são os topônimos oriundos do tronco tupi, que dão nomes a lugares goianos como Caturaí, Itaguaru, Juçara, Porangatu, entre tantos outros. As demais línguas indígenas, cerca de 170 ainda existentes, distribuídas pelo Brasil, não desempenharam grande influência na formação do português brasileiro (Noll; Dietrich, 2010).

A língua tupi contribuiu para a formação de muitos topônimos na região de Goiás. Os nomes recebidos refletem com propriedade o ambiente natural e sua significação acerca da sua representação. Há uma gama de prefixos e sufixos que contribuíram para a formação de vários nomes de locativos goianos. Dentre eles, têm-se: itá (pedra). Este, de acordo com Tibiriçá (1985, p. 174), “[...] é o termo mais comum nos topônimos brasileiros; algumas vezes aparece sem o i inicial”. A esse respeito, Dick (1990, p. 143), ressalta:

[...] os estratos designativos formados por **itá** atingem a uma amplitude considerável, levando-se em conta que o seu primitivo significado, “pedra”, viu-se acrescido de outro traço semântico, por força dos contactos interculturais, na época da colonização, dentro da fase linguística conhecida por “língua geral”.

Exemplos disto são os topônimos “[...] Itaquaquicétuba por Taquaquicé-tuba, taquaral da espécie taquá-quicé; Itaguahy, por Taguá-hy, rio do tauá; Itabapoana por Cabapoana, vespas assanhadas, entre outros” (Sampaio, 1987, p. 124 *apud* Dick, 1990, p. 145).

O sufixo *tiba*, *tuba*, é também frequente nos topônimos, “[...] do tupi *tyba*, suf. que se coloca no fim das palavras dando-lhe sentido de abundância, coletividade” (Tibiriçá, 1985, p. 188); outro elemento recorrente nos nomes de lugares é *piranga*, de *y-piranga*, que significa “vermelho”; *panema*, cujo significado é “inútil, sem proveito, sem sorte” (Tibiriçá, 1985, p. 182) é, do mesmo modo, comum em topônimos brasileiros; *itu*, do tupi, *ytu*, que significa

“cachoeira”, *guaçu*, *guassu* (grande), *I*, *Y*, “[...] termo que aparece em quase todos os rios do Brasil, de nome tupi; significa água, rio” (Tibiriçá, 1985, p. 172), *una*, que significa preto, escuro e *tinga* (branco) estão, também, presentes nos nomes de lugares Brasil afora.

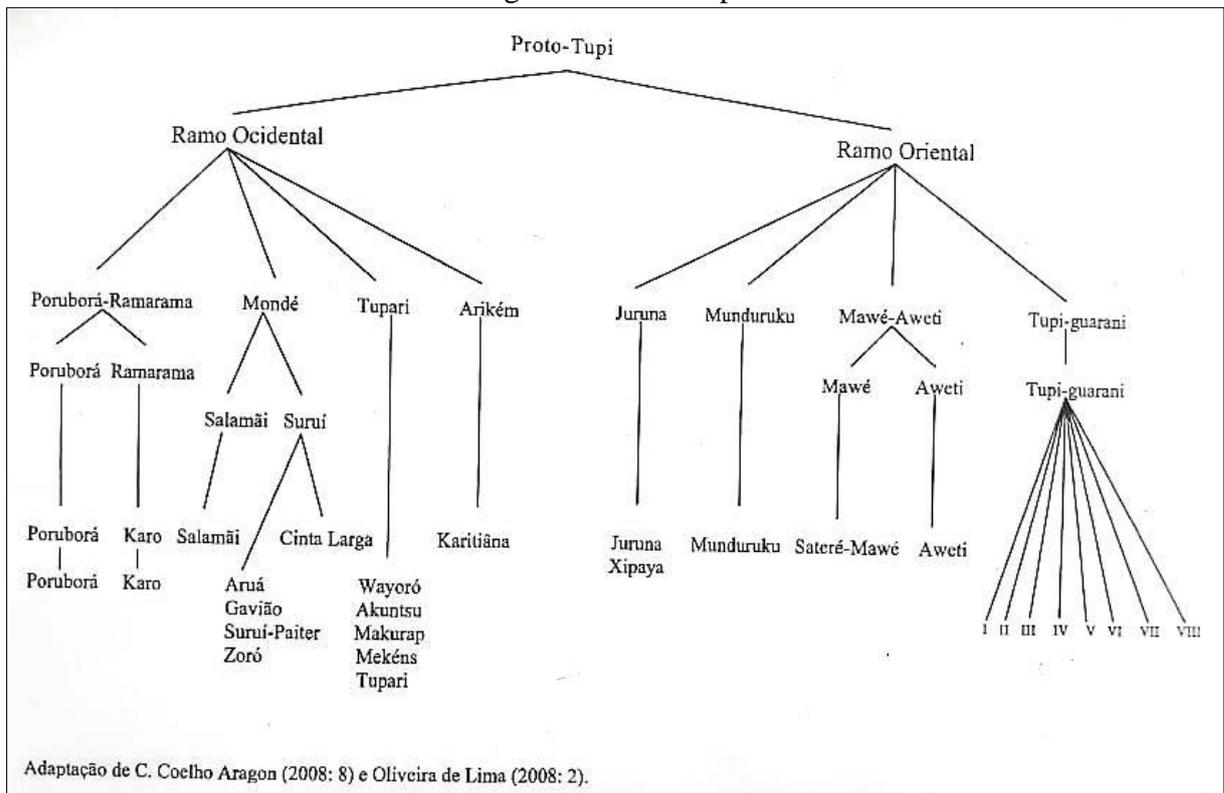
Convém destacar, conforme Santos e Siqueira (2023), que há também topônimos híbridos, isto é, nomes de lugares formados com a concorrência de língua diferentes (português + tupi), morfologicamente formados pela presença de sufixos, raízes ou prefixos de ambas as línguas e ainda de outras línguas que estão na formação da língua portuguesa (Buritinópolis, Caiapônia, Nova Crixás, Campinaçu para citar apenas alguns).

Em relação às línguas faladas pelos povos indígenas (grupo linguístico Macro-Jê) de Goiás à época da colonização e ocupação do território goiano, pode-se dizer que houve pouca ou nenhuma contribuição ao léxico geral do português. A influência se deu mesmo pela língua falada pelos Bandeirantes, a Língua Geral Paulista. Esta língua tem base lexical no Tupi, assim, a influência na toponímia goiana se dá inicialmente, com a chegada dos Bandeirantes e posteriormente, já no século XX, com uma retomada desses termos tupi para nomear os lugares goianos.

1.10 Os povos indígenas de Goiás

Para os linguistas, na classificação de uma língua, é sempre observado palavras e expressões que têm semelhança entre si, a gramática, e como se expressa a estrutura de pensamento pela língua. Nessa perspectiva, se fala de tronco linguístico, que é nominado como se fosse uma árvore da qual se originam muitos grupos linguísticos e a maioria das línguas indígenas brasileiras. O Brasil possui dois troncos linguísticos: o Tupi e o Macro-Jê. A figura abaixo apresenta o tronco tupi e as famílias linguísticas que dele fazem parte.

Figura 1: Proto-Tupi



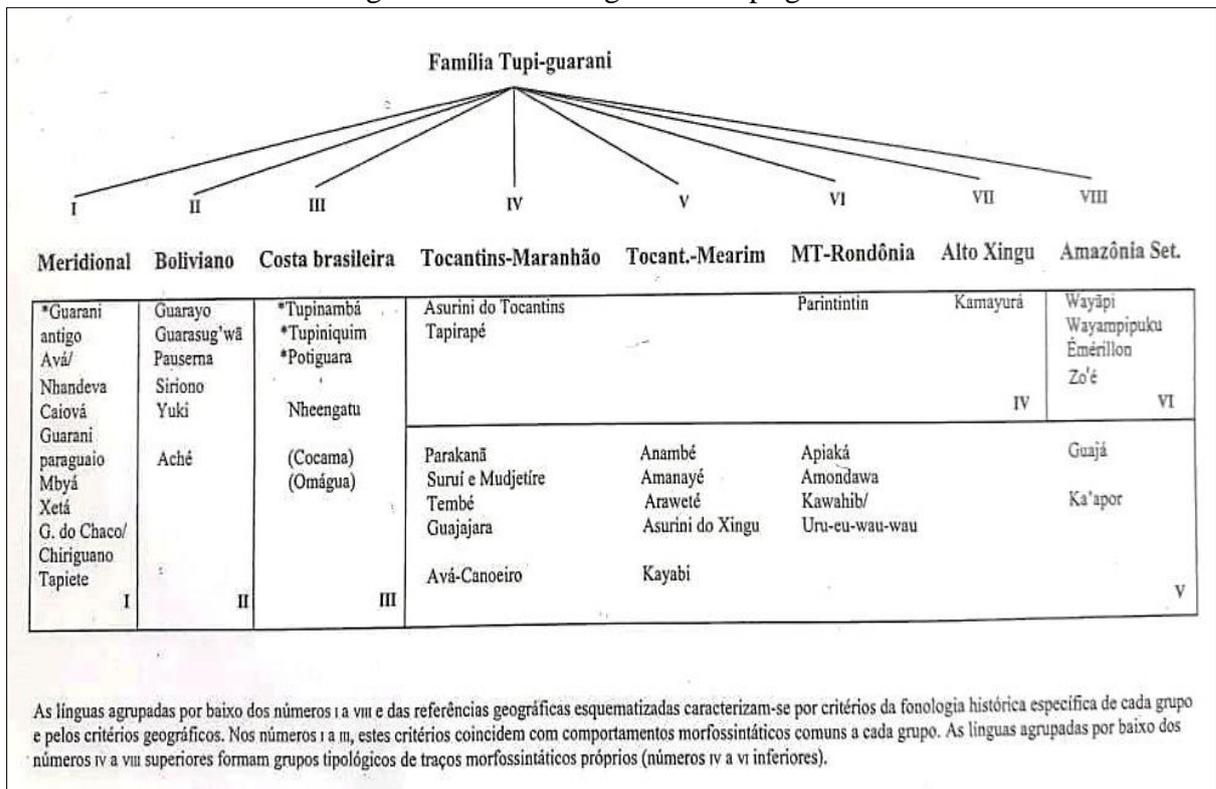
Fonte: Volker Noll, Wolf Dietrich, 2010.

A definição de “família linguística” apresentada por Aryon Rodrigues (1986, p. 29 *apud* DIETRICH, 2010, p. 9) é a de que se refere a

[...] um grupo de línguas para as quais se formula a hipótese de que têm uma origem comum, no sentido de que todas as línguas da família são manifestações diversas, alteradas no correr do tempo, de uma só língua anterior. As línguas românicas ou neolatinas – português, espanhol, catalão, francês, romanche, italiano, romeno – constituem uma família, cujos membros derivam de uma língua ancestral bem conhecida historicamente – o latim.

Portanto, “família linguística” diz respeito ao conjunto de línguas que possuem suas origens em uma língua comum. A família tupi-guarani do grupo da costa brasileira, por exemplo, constituía-se do tupinambá, tupiniquim, potiguara, nheengatu, cocama/cocamilla e da omágua/omawa/canga-peba, cuja língua de origem destas outras é o tupi-guarani (Dietrich, 2010). A figura a seguir apresenta as línguas que constituem a família linguística tupi-guarani, espalhadas por diferentes regiões geográficas.

Figura 2: Família linguística Tupi-guarani



Fonte: Volker Noll, Wolf Dietrich, 2010.

O esquema acima exhibe a classificação das línguas da família linguística tupi-guarani no Brasil, Amazônia Peruana, Guiana Francesa, Argentina, Oriente boliviano e Paraguai (Dietrich, 2010), organizadas de acordo com critérios fonológicos, geográficos e morfossintáticos, como mostra a explicação ao final da página.

O número de indígenas que povoava a Província de Goiás, no século XIX, era de aproximadamente trinta mil. Destes, oito mil viviam em aldeamentos (Rocha, 1998). As línguas aqui faladas pertenciam tanto ao tronco Macro-Jê quanto ao Tupi. Segundo uma classificação linguística, realizada por Rodrigues (1987), conforme explica Rocha (1998), os indígenas que povoavam a região “[...] pertenciam em sua maioria (dez línguas) ao tronco Macro-Jê, família Jê (grupos Akwen, Kayapó, Timbira e Karajá); apenas três línguas (grupos Tapirapé, Avá-Canoeiro e Tenetehara) pertenciam ao tronco Tupi, família Tupi-Guarani” (Rocha, 1998, p. 27).

Rocha (1998) acentua que, considerando questões culturais, os indígenas de Goiás podem ser classificados em: i) os Jê, que estão subdivididos em: “Timbira Ocidentais (Apinajé) e Orientais (Krahó); Kayapó Meridionais (Kayapó de Mossamedes) e Setentrionais (Gorotire e Gradahu); Karajá (Xambioá, Karajá e Javaé) e Akwen (Xavante e Xerente)”

(Rocha, 1998, p.27); ii) e os Tupi, que estão subdivididos em Avá-Canoeiro, Tenetehara (Guajajara) e Tapirapé (Rocha, 1998).

Goiás era, portanto, constituído de uma diversidade étnica e linguística. Mas, apesar dessa diversidade, a grande contribuição para a formação de topônimos goianos de origem indígena foi da LGP.

As línguas gerais, conforme explica Rodrigues (1996, p. 6) começaram a ser utilizadas, no Brasil, para denominar “as línguas de origem indígena faladas por toda a população originada no cruzamento de europeus e índios tupi-guarani”. Formaram-se, nesse cenário, a LGA, usada na região onde, hoje, estão localizados os estados do Maranhão e Pará; e a LGP, utilizada em São Paulo (Leite, 2013). Leite (2013) explica que, depois, a LGP foi levada, nos séculos XVII e XVIII, pelos bandeirantes, para o interior paulista e para os estados de Goiás, Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais.

Leite (2013, p. 20), ao mencionar Megale (2000), Sampaio (1978) e Rodrigues (1996, 2010), ressalta que, “[...] embora muitos bandeirantes entendessem e falassem o português, a língua que prevaleceu nas bandeiras paulistas foi a LGP. E, assim, “Como os bandeirantes criavam povoados nos lugares onde se deixavam ficar, a LGP ficou sendo falada nesses povoados em concorrência com a língua portuguesa” (Rodrigues, 2010, p. 37). Nesse contexto, surgem, por meio desta língua, inúmeros signos toponímicos nomeando lugares Brasil afora. Pode ser considerado “[...] como testemunho da LGP, a toponímia do interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais, do sul de Goiás e do norte velho do Paraná” (Leite, 2013, p. 26).

O capítulo a seguir traz questões históricas, econômicas e sociais sobre a Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia, elementares para a compreensão acerca do processo de nomeação de lugares goianos que constituem a região mencionada e para a percepção da motivação que envolve a escolha de tais nomes.

2 A REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE CERES-RIALMA-GOIANÉSIA

"O espaço é um guardião de tempos, por isso é histórico" (Castilho, 2007).

Este capítulo tem como objetivo apresentar aspectos históricos, sociais e econômicos acerca da Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia. O capítulo traz dados sobre a região indicada, fundamentais para a compreensão sobre o contexto de sua formação e suas alterações socioespaciais. Há, também, um breve retrospecto sobre a cidade de Ceres desde a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) até a sua emancipação, enviesado por uma discussão acerca de sua importância para a região.

2.1 A divisão territorial brasileira

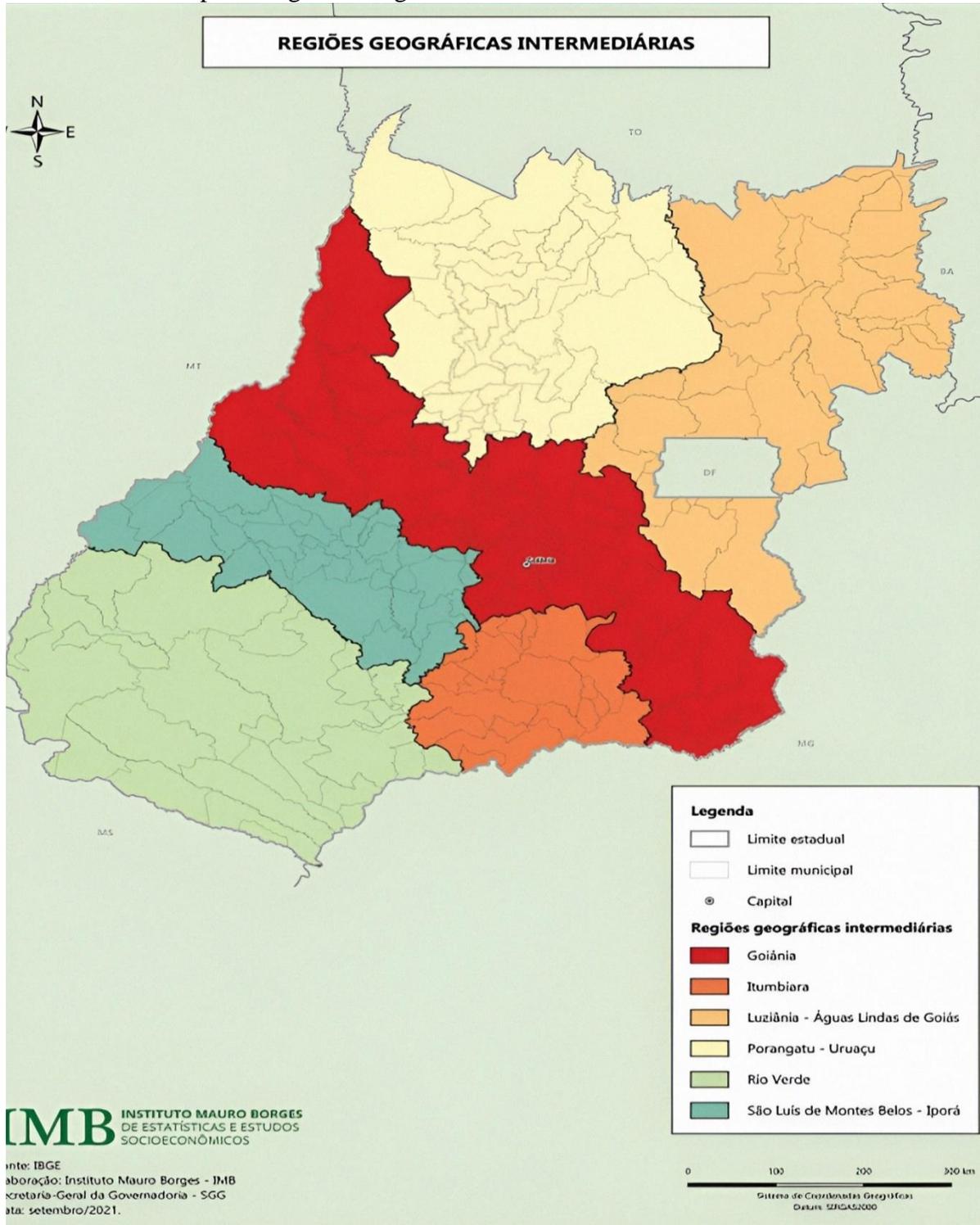
Elementar na realização deste estudo é compreender a Divisão Territorial Brasileira (DTB). O país divide-se em estados que, por sua vez, estão divididos em Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas (antes, Mesorregiões e Microrregiões), conforme a atualização da Divisão Regional Brasileira (DRB) realizada em 2017. De acordo com o IBGE, a necessidade de uma nova divisão regional é fruto das transformações nos âmbitos políticos, econômicos, ambientais e demográficos que ocorreram nestas últimas décadas e que refletem em uma “diferenciação interna do território brasileiro” (2017, s/n). Por isso, tendo em vista as mudanças ocorridas na economia mundial, novas dinâmicas e polarizações, bem como as transformações pelas quais o território brasileiro tem passado, há a necessidade de um modelo de regionalização no país que respeite a diversidade econômica.

Conforme o IBGE (2017), as Regiões Geográficas Intermediárias, correspondem a regiões de maior dimensão se comparadas às Regiões Imediatas, sendo, como o próprio nome sugere, Regiões Intermediárias entre as Unidades Federativas e as Regiões Imediatas. Houve, preferivelmente, a busca por uma delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a integração de Capitais Regionais ou Metrôpoles, e nos casos em que não existiam Capitais Regionais ou Metrôpoles, foram usados alguns centros urbanos menores que pudessem ter representatividade para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que constituíam suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias.

As Regiões Geográficas Intermediárias “[...] organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a

partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade” (IBGE, 2017). A figura a seguir exhibe o mapa do estado de Goiás dividido em Regiões Geográficas Intermediárias de acordo com a divisão realizada em 2017.

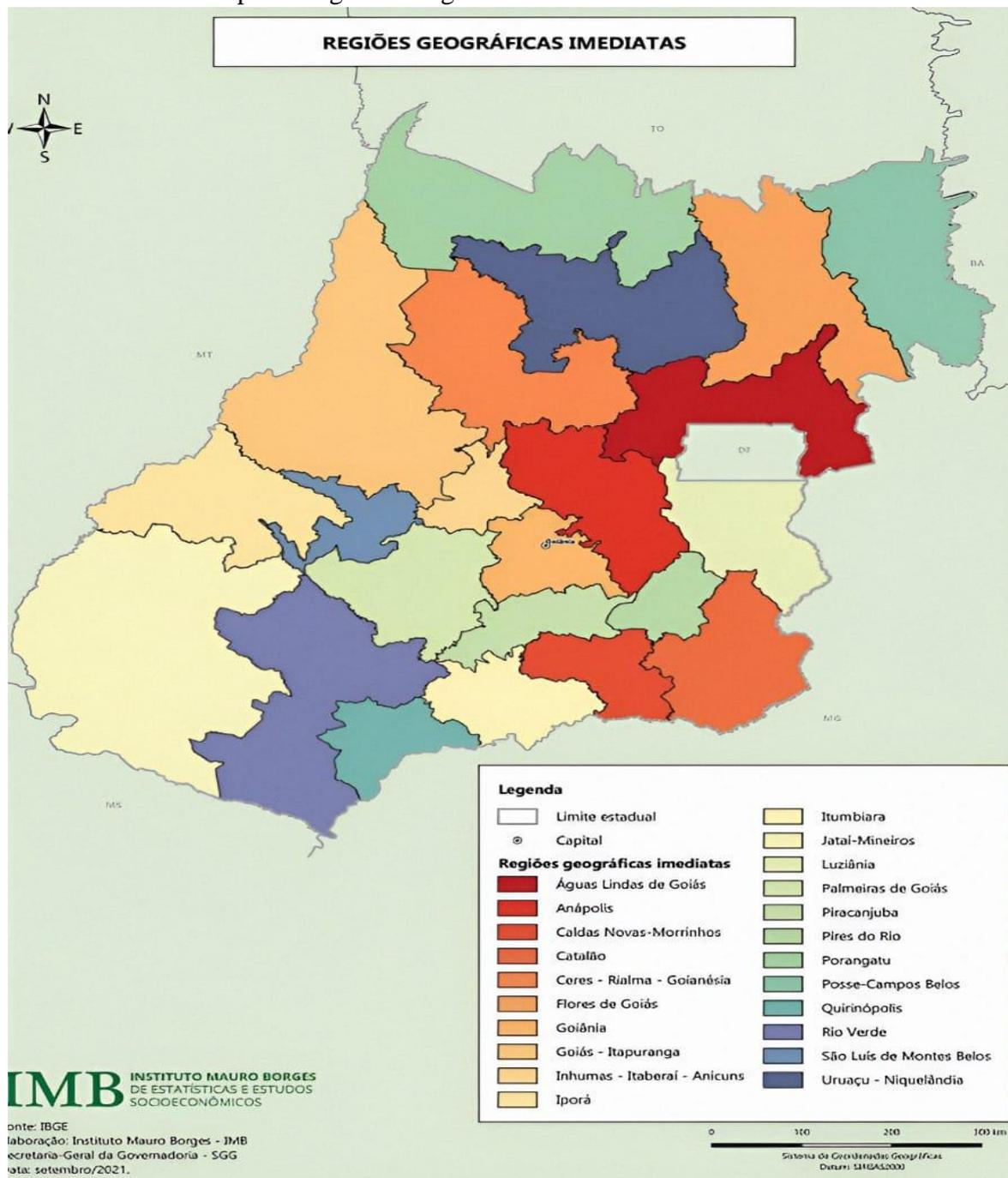
Mapa 1: Regiões Geográficas Intermediárias do estado de Goiás



Fonte: SIEG – IMB, 2021. Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br/maps/atlas/2021/>

Já as Regiões Geográficas Imediatas “são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos [...]” (IBGE, 2017). A figura abaixo exibe a divisão do estado de Goiás em Regiões Geográficas Imediatas, da qual uma delas é ponto de investigação deste estudo.

Mapa 2: Regiões Geográficas Imediatas do estado de Goiás



Fonte: SIEG – IMB, 2021. Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br/maps/atlas/2021/> Acesso em 13 jan. 2024.

O quadro a seguir apresenta a nova divisão do estado de Goiás, em Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, e os números de municípios que constituem cada uma.

Quadro 3: DRB em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias do Estado de Goiás – IBGE (2017)

Estado	Região Geográfica Intermediária	Região Geográfica Imediata	Número de municípios por Região Geográfica
Goiás	5201 - Goiânia	520001 - Goiânia	19
		520002 - Anápolis	18
		520003 - Inhumas - Itaberaí - Anicuns	13
		520004 - Catalão	10
		520005 - Goiás - Itapuranga	15
		520006 - Pires do Rio	5
	5202 - Itumbiara	520007 - Itumbiara	8
		520008 - Caldas Novas-Morrinhos	6
		520009 - Piracanjuba	8
	5203 - Rio Verde	520010 - Rio Verde	14
		520011 - Jataí-Mineiros	10
		520012 - Quirinópolis	5
	5204 - São Luís de Montes Belos-Iporá	520013 - São Luís de Montes Belos	9
		520014 - Iporá	12
		520015 - Palmeiras de Goiás	14
	5205 - Porangatu-Uruaçu	520016 - Porangatu	13
		520017 - Uruaçu-Niquelândia	10
		520018 - Ceres-Rialma-Goianésia	23
	5206 - Luziânia-Águas	520019 - Luziânia	6

Lindas de Goiás	520020 - Águas Lindas de Goiás	7
	520021 - Posse-Campos Belos	14
	520022 - Flores de Goiás	7

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia - 2023.

2.2 A implantação da Colônia Agrícola

Ceres, um dos municípios que integra a Região Geográfica Imediata em estudo, antes de sua emancipação, era uma colônia agrícola. Conforme discutido por Castilho (2009), a CANG foi criada na década de 1940, sob o governo de Getúlio Vargas, durante o discurso da Marcha para o Oeste. Conforme explica Dayrell (1974, p. 88), “As Colônias Agrícolas Nacionais, entre elas a de Goiás, foram criadas para receber e fixar cidadãos brasileiros pobres, aptos a agricultura, dentre aquele amplo programa de superação das carências do modelo brasileiro de desenvolvimento”. A institucionalização de colônias agrícolas constituía, portanto, parte de um plano do Estado para atender aos interesses econômicos e políticos daquele período.

Em 14 de fevereiro de 1941, por meio do Decreto Federal nº 3.059, o Governo Federal instituiu a divulgação do projeto sobre as Colônias Agrícolas Nacionais (Freitas, 2020). E, assim, “À medida que os decretos foram expedidos, novas relações locais e regionais foram estabelecidas, com vistas à ampliação do controle territorial, centrado nas aspirações e ideologias do presidente Getúlio Vargas” (Freitas, 2020, p. 63). Tal decreto, como salienta Castilho (2009), implicava desbravar e ocupar o espaço geográfico (de onde seria criada a CANG), além de exigir a sua organização e emancipação.

“A escolha da área para a implantação da CANG indica alguns fatores básicos para a modernização daquele período: condições de solo, proximidade com Anápolis (até então principal centro regional) e expansão da política e da economia pelo interior do país”, como explica Castilho (2009, p. 120). Após a escolha da região para a instalação da CANG (implantada na região denominada, na época, de Mato Grosso Goiano), famílias começavam a povoar o local. Em 1946, de acordo com Dayrell (1974), a Colônia Agrícola já dispunha de 1.600 famílias e aproximadamente 8.000 pessoas. No ano seguinte, em 1947, possuía mais de 10.000 habitantes. Nesse sentido, percebe-se que a instalação da colônia refletiu no processo de migração, sobretudo, pelo fato de a região possuir solo fértil e apoio do Governo (Castilho, 2009) e foi fundamental no processo de povoamento e modernização do interior do país. A

figura a seguir exibe a Colônia Agrícola de Ceres na década de 1950, período em que a área já contava com mais de 29.000 habitantes.

Figura 3: Colônia Agrícola de Ceres



Fonte: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/ceres/historico>. Acesso em 14 jan. 2024.

As imposições para a organização da Colônia impossibilitaram famílias de obterem lotes. Além disso, a demora na construção de casas e delimitação dos lotes refletiu na criação de outros núcleos. Assim, famílias começaram a migrar para o outro lado do Rio das Almas (rio localizado entre Ceres e Rialma) e deu início a criação do povoado de Barranca, hoje, denominada Rialma. Uruana e Carmo do Rio Verde resultaram também das famílias excedentes da CANG (Castilho, 2009).

2.3 A emancipação da Colônia Agrícola de Ceres

Em 04 de setembro de 1953, pela lei nº 767, ocorreu a emancipação da Colônia Agrícola que recebeu o nome de “Ceres” (IBGE, 2023). A escolha deste nome seguiu orientações do carioca Bernardo Sayão (engenheiro agrônomo e primeiro administrador da Colônia) para nominar a área, cujo significado, na mitologia latina, é “deusa da agricultura” (Castilho, 2009). Ocorreu também, naquele mesmo ano, pela lei nº 753, a elevação à categoria

de município do povoado de Barranca, que recebeu o nome de “Rialma”, cuja instalação ocorreu em 01 de janeiro de 1954 (IBGE, 2023).

A emancipação da Colônia refletiu em transformações socioespaciais, econômicas, políticas e culturais. Dayrell (1974) destaca que Ceres, na década de 1960, tornou-se um centro polarizador do desenvolvimento da região, propiciada pela significativa concentração populacional, pela disposição de equipamentos e serviços urbanos, pela inexistência de outros centros urbanos desenvolvidos próximos à região e pelo exercício de empório comercial. Assim, “[...] de fronteira agrícola, a localidade se emancipou e o núcleo urbano denominado de Ceres se especializou em um setor econômico distinto daquele previsto no projeto de criação da Colônia” (Castilho, 2009, p. 118). A cidade, no final de 1960, com uma localização favorável, começou a se destacar como centro regional na área de saúde bem como nas atividades industriais e comerciais (Castilho, 2009).

Trata-se de uma cidade, localizada no Vale de São Patrício, com uma população estimada em, de acordo com o último censo, realizado em 2022, 22.046 habitantes (IBGE, 2023). A economia do município baseia-se na agricultura, indústria e pecuária e destaca-se, também, como centro regional no setor ligado à saúde, que conta com grande número de hospitais e clínicas. Já Rialma, conforme o último censo, também realizado no ano de 2022, conta com uma população estimada em 12.165 pessoas (IBGE, 2023). A imagem abaixo apresenta as cidades de Ceres e Rialma separadas pelo Rio das Almas.

Figura 4: Cidade de Ceres e Rialma



Fonte: Freitas (2020). Imagem captada por Oliveira, em 22 de fev. 2020.

Como pode ser visto, às margens do Rio das Almas, à direita da imagem está a cidade de Ceres e à esquerda, Rialma e que, ambas se formaram por meio da implantação da Colônia Agrícola que refletiu na povoação e modernização do território goiano.

2.4 Aspectos históricos e econômicos de Goianésia

Goianésia, cidade que também constitui a Região Geográfica investigada neste estudo, com uma população estimada em 73.707 habitantes e área territorial de 1.547,319 km² (em 2022), é uma cidade agrícola que, na década de 1970, sua economia baseava-se na pecuária e no plantio de arroz, feijão e milho. A cana-de-açúcar, em 1968, era cultivada no município e o açúcar já era produzido naquela época. Goianésia surgiu das fazendas São Bento, Calção de Couro, parte da Lavrinha de São Sebastião e Itája. As terras da fazenda Calção de Couro foram vendidas e distribuídas entre os seus compradores. Laurentino Martins Rodrigues, um deles, mudou-se com sua família para a fazenda e lá levantou um cruzeiro e deu início a um povoado denominado Calção de Couro que, em 1949, tornou-se distrito de Goianésia. A emancipação do distrito ocorreu em 24 de junho de 1953, pela Lei Estadual nº 747 (IBGE, 2023).

Atualmente, o município é constituído de dois distritos: Goianésia e Natinópolis, e cinco povoados: Barreiro, Cafelândia, Campo Alegre, Juscelândia e Morro Branco (IBGE, 2023). A figura a seguir mostra uma visão panorâmica da cidade.

Figura 5 – Cidade de Goianésia



Fonte: <https://www.facebook.com/euamogoianesia/photos>.

Goianésia, em virtude de sua organização e desenvolvimento, é conhecida como a “Princesa do Vale de São Patrício”. A cidade, hoje, se destaca no âmbito industrial, com três importantes usinas – de açúcar, álcool e energia – e também no setor comercial (Prefeitura de Goianésia, 2024).

O capítulo a seguir apresenta algumas considerações acerca do método onomasiológico, muito utilizado em estudos toponímicos. O capítulo traz ainda conceitos e autores para elucidar que se trata de um estudo documental-bibliográfico, de caráter qualitativo, que se realiza por meio de pesquisas e análises em documentos oficiais, livros, mapas, entre outros.

3 MÉTODO DE PESQUISA



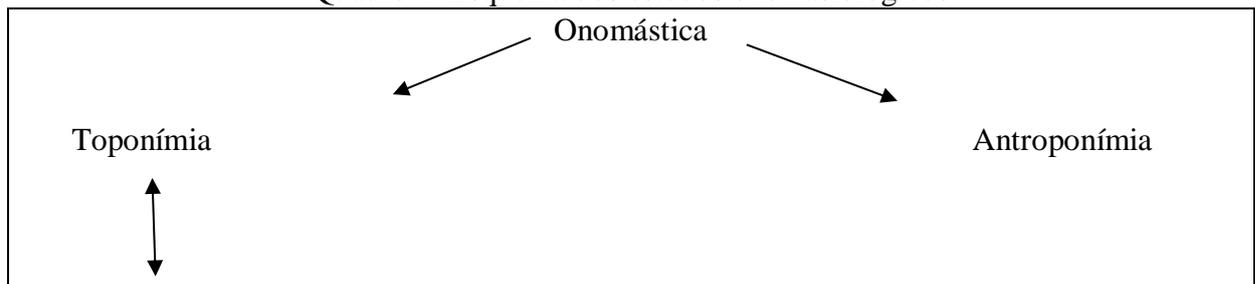
Léxico Tupi.⁴

Este capítulo apresenta alguns pressupostos do método onomasiológico, que tem sido utilizado em estudos sobre os topônimos. A ênfase nesse método se justifica porque a pesquisa sobre nomes de lugares se efetiva normalmente em bases onomasiológicas, isto é, parte das designações para identificar os diversos nomes que podem lhes ser atribuídos. O capítulo elucida também que se trata de uma pesquisa documental-bibliográfica e de caráter qualitativo.

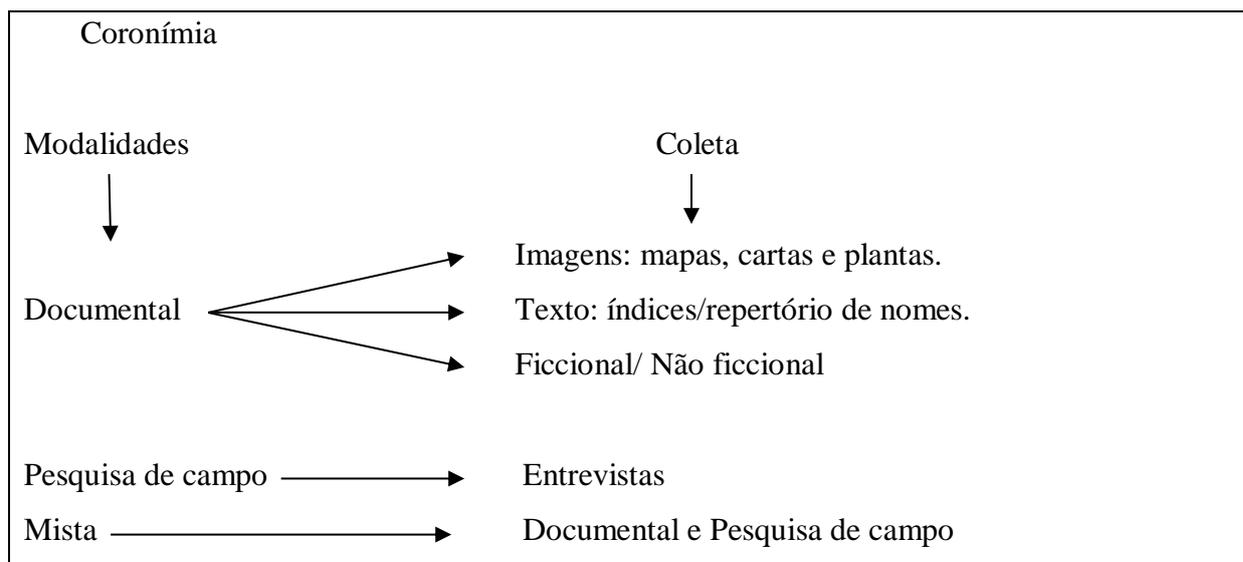
3.1 O Método Onomasiológico

O método onomasiológico contrapõe-se (epistemologicamente) ao semasiológico por se ater ao estudo das designações, tendo como foco os diversos nomes atribuídos a um conceito. Isso possibilita a investigação da cultura de um território, nesse sentido, pode priorizar aspectos sincrônicos ou históricos. Em se tratando de nomes de lugar, os aspectos históricos são reveladores do que subjaz à escolha de um nome para designar um lugar. O quadro abaixo apresenta um esquema dos estudos onomasiológicos.

Quadro 4: Esquema dos estudos onomasiológicos



⁴ Disponível em Grupo A História Esquecida, Grupo Público do Facebook, capturado dia 14 de agosto de 2023.



Fonte: (Silva, 2017, p. 57).

Para Silva (2017, p. 58), os estudos onomasiológicos são o resultado de tendências significativas do desenvolvimento da linguística no período de

[...] transição do século XIX para o século XX, [em que] a centralidade das investigações passam do som (fonética) para a palavra (lexicologia). O seu triunfo ⁵se deu a partir do desenvolvimento da Geografia Linguística, pois com o aparecimento de inúmeros termos regionais recolhidos pelos inquiridos linguísticos, daí surgiu à necessidade de um novo método, que auxiliassem os dialetólogos a compreenderem o homem regional em sua amplitude, e isso por meio da linguagem.

A onomasiologia, além dos atlas linguísticos, pode ser utilizada em diversos estudos, porque possibilita caracterizar as atividades de uma região e situá-las no tempo. O que diferencia um atlas linguístico de um atlas toponímico é o fato de que o primeiro registra a língua oral, falada em determinada região, enquanto o segundo caracteriza-se pelo registro de nomes de locativos. Assim explica Pereira (2019, p. 212):

[...] a construção de um atlas linguístico pauta-se em fontes oriundas da língua oral coloquial/popular, mais especificamente, a língua falada em um determinado território, que é coletada da maneira o mais informal possível. Já um atlas toponímico centra-se nos nomes de lugares – córregos, rios, ilhas, ruas, praças, vielas, entre outros – de determinada localidade, registrados em folhas ou mapas topográficos oficiais da região em estudo.

⁵ Silva (2017) refere-se aos estudos onomasiológicos.

Neste contexto, os fundamentos teórico-metodológicos da Dialetologia e da Toponímia, como bem esclarece Pereira (2019), possibilita atestar que estas duas áreas de estudo se complementam. Um aspecto comum entre as duas é o fato de que ambas possuem caráter interdisciplinar, pois recorrem a outras áreas do conhecimento, tais como a Geografia, a História, a Estatística, as Línguas Indígenas, a Cartografia, a Etnolinguística, entre outras, como suporte teórico-metodológico (Aguilera, 2006). Acerca dos atlas toponímicos, Dick (1996, p. 2389 *apud* Pereira, 2019, p. 212) ressalta que estes

[...] nascem à luz dos princípios que comandam a organização dos atlas linguísticos ou linguístico-etnográficos, voltados para as ocorrências fonéticas, morfológicas, sintáticas, semânticas e etnográficas da língua falada em um determinado território. Dentro desse contexto de estudo e de configurações, a Toponímia não se identifica como um organismo estranho ou isolado; ao contrário, é uma resultante dos meios de expressão comuns e assimila deles, dos seus vocábulos, ou o próprio uso vocabular, a sua substância de conteúdo. Estudar, portanto, a codificação onomástica, cartograficamente, é penetrar nos meandros do sistema da linguagem, de que é extensão particularizadora ou referencial.

Um atlas toponímico, conforme discutido por Isquerdo (2012), devido às inúmeras informações que carrega acerca da toponomástica de determinado lugar, revela características lexicais da região por meio dos topônimos.

Quanto à onomasiologia, Couto (2012 *apud* Silva, 2017, p. 58) explica que esta “[...] vê a questão da referência, para usar um termo semiótico, partindo da coisa e indo na direção do nome que ela recebe”. Assim, o método onomasiológico possibilita ver a cultura por meio do estudo da língua de um povo.

As pesquisas toponomásticas compõem-se em uma linha documental ou de campo, e seguem um método de pesquisa por meio do qual observa, verifica, seleciona, registra, descreve, classifica, analisa e interpreta os dados conforme a identificação dos fatores determinantes à configuração dos *corpora*. Essas ações se baseiam em três categorias: linguística, histórica e geográfica e podem ser reveladas por meio do método onomasiológico, o qual permite que a cultura do povo que se estuda seja revelada.

Em relação aos procedimentos de pesquisa, conforme Dick (1996), estes devem se estabelecer da seguinte maneira: i) seleção de fontes primárias (cartas geográficas editadas por órgãos oficiais estaduais e municipais ou listas toponímicas oficiais) e complementação a partir de fontes secundárias, que são os trabalhos historiográficos da própria comunidade acerca do lugar; ii) registro dos dados em fichas lexicográficas (cf. modelo em anexo), com a

identificação dos nomes, do pesquisador e do revisor, fontes e data de coleta; iii) análise dos dados, que inclui a quantificação dos nomes e das taxonomias, para verificar a maior ou menor frequência de classes ou de itens lexicais; e ainda o estudo dos topônimos por meio do enfoque linguístico (etimológico, morfológico); linguístico-histórico.

Com essa perspectiva, a metodologia se caracteriza por ser de natureza documental, de abordagem qualitativa para a seleção dos dados, já que a sub-região, os limites e fronteiras dos territórios estão registrados em documentos públicos e em levantamento histórico-geográfico. Os procedimentos consistem na sistematização de leituras documentais e de investigação de campo, o que os vincula à indução (Dick⁶, 1990).

É uma pesquisa de bases documentais analógicas e/ou digitais, como as cartas topográficas e o levantamento histórico-geográfico por meio do Instituto Mauro Borges (doravante IMB), IBGE e de mapas do município.

Este é um estudo documental e bibliográfico, haja vista que a pesquisa realiza-se por meio da leitura e análise de documentos e artigos científicos, livros, lista de nomes, mapas, tabelas, entre outros. A pesquisa documental, de acordo com Fonseca (2002, p. 32), “[...] recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.”. E, em relação à pesquisa bibliográfica, conforme explica Fonseca (2002, p.32), “[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. Assim, esta pesquisa caracteriza-se como documental e bibliográfica, pois para o levantamento dos dados recorreu-se a documentos disponibilizados por órgãos oficiais (IBGE, IMB), artigos científicos acerca do tema da pesquisa, mapas (municipais), dados estatísticos e livros.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, pois apresenta “[...] um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. [...] Tal pesquisa é descritiva” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 70) e é, ao mesmo tempo, quantitativa, visto que os dados deste estudo podem ser, também, quantificados. Fonseca (2002, p. 20 *apud* Gerhardt; Silveira, 2009, p. 33) postula que “A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”. Nesse sentido, este estudo possui cunho qualitativo e

⁶ O percurso que Dick (1990) apresenta se pauta na indução e deve ser desenvolvido por meio do plano onomasiológico de investigação que, em síntese, parte de um conceito genérico, para o reconhecimento de possíveis variáveis das fontes consultadas.

quantitativo, visto que, foi realizada a descrição e quantificação dos dados, coletados em documentos oficiais.

Este trabalho se constrói por meio de contribuições teóricas de Dick (1990); estudos em Fonseca (1997); Machado (2003), Cunha (1998), Barbosa (1970) e a Tibiriçá (1985) sobre a etimologia de topônimos; leituras de textos como Siqueira (2011, 2015, 2021), a fim de elucidar o processo de nomeação de lugares goianos que compreendem a Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia e analisar os aspectos históricos e culturais implícitos nos signos linguísticos em função toponímica.

3.2 Etapas da pesquisa

A coleta de dados foi feita por meio de buscas em documentos e fontes bibliográficas. Primeiramente, elaborou-se um rol dos topônimos de origem indígena da região cuja pesquisa se dedica a investigar, por meio de mapas municipais disponíveis nos sites do IBGE e do IMB e consultas em dicionários etimológicos para, em seguida, já com todos os nomes de origem indígena, identificar e descrever os aspectos relacionados à composição dos locativos. Essa etapa de apresentação dos dados se acha permeada por discussões de cunho sócio-político e histórico sustentadas pelas teorias apresentadas no referencial teórico.

Substancial na realização da pesquisa, que ocorre por meio da observação e análise de mapas, dicionários etimológicos, etc., é a divisão das atividades a serem realizadas para a sistematização dos dados. Deste modo, a pesquisa se realizou por meio dos seguintes estágios:

- ✓ definição da região geográfica a ser investigada;
- ✓ seleção do material, tais como dicionários etimológicos, banco de estruturas territoriais e mapas municipais;
- ✓ realização de buscas no material selecionado;
- ✓ levantamento dos topônimos de origem indígena que compõem a região selecionada;
- ✓ classificação dos topônimos conforme o sistema de taxes proposto por Dick (1990);
- ✓ preenchimento de fichas lexicográficas-toponímicas;
- ✓ descrição e análise dos topônimos da região indicada;
- ✓ apresentação e discussão dos dados.

Informações tais como a localização do topônimo, estrutura morfológica, etimologia, taxionomia, entre outras, contribuem para a compreensão de questões envoltas na nomeação dos lugares e assistem para a percepção da real motivação da escolha dos nomes dos locativos. Por isto, o preenchimento de fichas lexicográficas-toponímicas se torna necessário nesse processo de coleta de dados, pois permitem o registro, a organização e o armazenamento das informações, conforme mostra o modelo abaixo:

Figura 6: Modelo de Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem:	
Topônimo:	Localização:
Taxeonomia:	Natureza:
Origem/Etimologia:	
Estrutura morfológica:	
Informações enciclopédicas:	
Referências:	
Data da coleta:	
Pesquisador:	
Revisor:	

Fonte: (Silva, 2017).

3.3 Constituição do *corpus* da pesquisa

O *corpus* deste estudo é constituído de quarenta e quatro topônimos de origem indígena que compreende a Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia, uma das três Regiões Imediatas que constitui a Região Geográfica Intermediária de Porangatu-Uruaçu.

A Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia, que pertence à Região Geográfica Intermediária de Porangatu-Uruaçu, possui, de acordo com dados do IBGE, vinte e três municípios. O quadro abaixo mostra os municípios que compõem a região indicada.

Quadro 5: Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia

Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia

Código do município	Município	População	Densidade demográfica (hab/km²)
5203203	Barro Alto	10.371	9,60
5204953	Campos Verdes	4.005	9,04
5205000	Carmo do Rio Verde	9.710	23,13
5205406	Ceres	22.046	103,47
5206404	Crixás	17.065	3,65
5208608	Goianésia	73.708	47,64
5209457	Guarinos	2.161	3,64
5210158	Ipiranga de Goiás	2.919	11,95
5210901	Itapaci	21.087	22,13
5213855	Morro Agudo de Goiás	2.456	8,70
5214705	Nova América	2.337	11,16
5214861	Nova Glória	8.310	20,18
5216908	Pilar de Goiás	2.328	2,57
5218607	Rialma	12.165	45,34
5218706	Rianópolis	3.980	25,29
5218904	Rubiataba	19.788	26,36
5219357	Santa Isabel	3.538	4,35
5219456	Santa Rita do Novo Destino	2.689	2,77
5219704	Santa Terezinha de Goiás	10.645	8,82
5220280	São Patrício	2.143	12,40
5221577	Uirapuru	2.798	2,42

5221700	Uruana	13.729	26,26
5222302	Vila Propício	5.815	2,67

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2022).

A realização de pesquisas em mapas e cartas, como se propõe este estudo, consiste na compreensão da organização do território e da DRB, além de permitir a constituição do *corpus* da pesquisa.

Quadro 6: Topônimos de origem tupi da Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia

Nº	Topônimos	Municípios	Códigos dos municípios
1	Córrego Angical	Santa Terezinha de Goiás	5219704
2	Córrego do Angico	Morro Agudo de Goiás	5213855
3	Córrego Araras	Crixás	5206404
4	Córrego Bacuri	Rubiataba	5218904
5	Córrego Buriti	Rubiataba	5218904
6	Córrego Caeté	Rubiataba	5218904
7	Córrego Caiçara	Santa Terezinha de Goiás	5219704
8	Córrego Calumbi	Goianésia	5208608
9	Córrego da Carioca	Santa Rita do Novo Destino e São Patrício	5219456 e 5220280
10	Córrego Capimpuba	Vila Propício	5222302
11	Córrego Catinga	Santa Terezinha de Goiás	5219704
12	Córrego Catitu	Ceres	5205406
13	Crixás	Crixás	5206404
14	Córrego Cipó	Nova Glória	5214861
15	Córrego Congonhas	Pilar de Goiás	5216908
16	Embiara	Nova América	5214705
17	Córrego Grajaú	Uruana	5221700
18	Córrego Guará	Goianésia	5208608

19	Itapaci	Itapaci	5210901
20	Córrego da Itapeva	Ipiranga de Goiás, Itapaci e Nova Glória	5210158, 5210901 e 5214861
21	Córrego do Jacu	Crixás	5206404
22	Córrego Jatobá	Itapaci e Nova Glória	5210901 e 5214861
23	Córrego Jiboia	Vila Propício	5222302
24	Córrego Jundiá	Uruana	5221700
25	Córrego Lambari	Goianésia	5208608
26	Córrego do Macaco	Nova Glória	5214861
27	Córrego Mandi	Guarinos	5209457
28	Córrego Muquém	Goianésia	5208608
29	Córrego Mutum	Barro Alto, Uirapuru e Vila Propício	5203203, 5221577 e 5222302
30	Córrego Peroba	São Patrício	5220280
31	Córrego Pindaibal	Uirapuru	5221577
32	Córrego Pirapitinga	Itapaci e Morro Agudo de Goiás	5210901 e 5213855
33	Córrego Samambaia	Rubiataba	5218904
34	Córrego Sucuri	Morro Agudo de Goiás	5213855
35	Córrego Sucuriú	Pilar de Goiás	5216908
36	Córrego Taboca	Ipiranga de Goiás, Rubiataba e São Patrício	5210158, 5218904 e 5220280
37	Córrego Tamanduá	Barro Alto	5203203
38	Córrego da Tapera	Crixás	5206404
39	Córrego Taquaral	Guarinos	5209457
40	Córrego Taquari	Crixás, Santa Terezinha de Goiás e Vila Propício	5206404, 5219704 e 5222302
41	Córrego Taquaruçu	Pilar de Goiás e Santa Terezinha de Goiás	5216908 e 5219704
42	Uirapuru	Uirapuru	5221577
43	Uruana	Uruana	5221700
44	Uruíta	Uruíta	5221700

Fonte: elaborado pela autora.

O próximo capítulo compõe-se da análise dos dados, que contenham pelo menos um elemento tupi (seja, raiz, ou afixos), na formação da toponímia de Goiás e de que forma a língua desses povos originários contribuiu para a nomeação dos lugares desta região de Goiás. Ainda, revê, mesmo que de forma breve, aspectos das línguas faladas no território goiano à época da colonização e nos séculos subsequentes (XIX, XX), mais especificamente na escolha dos nomes dos lugares da Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

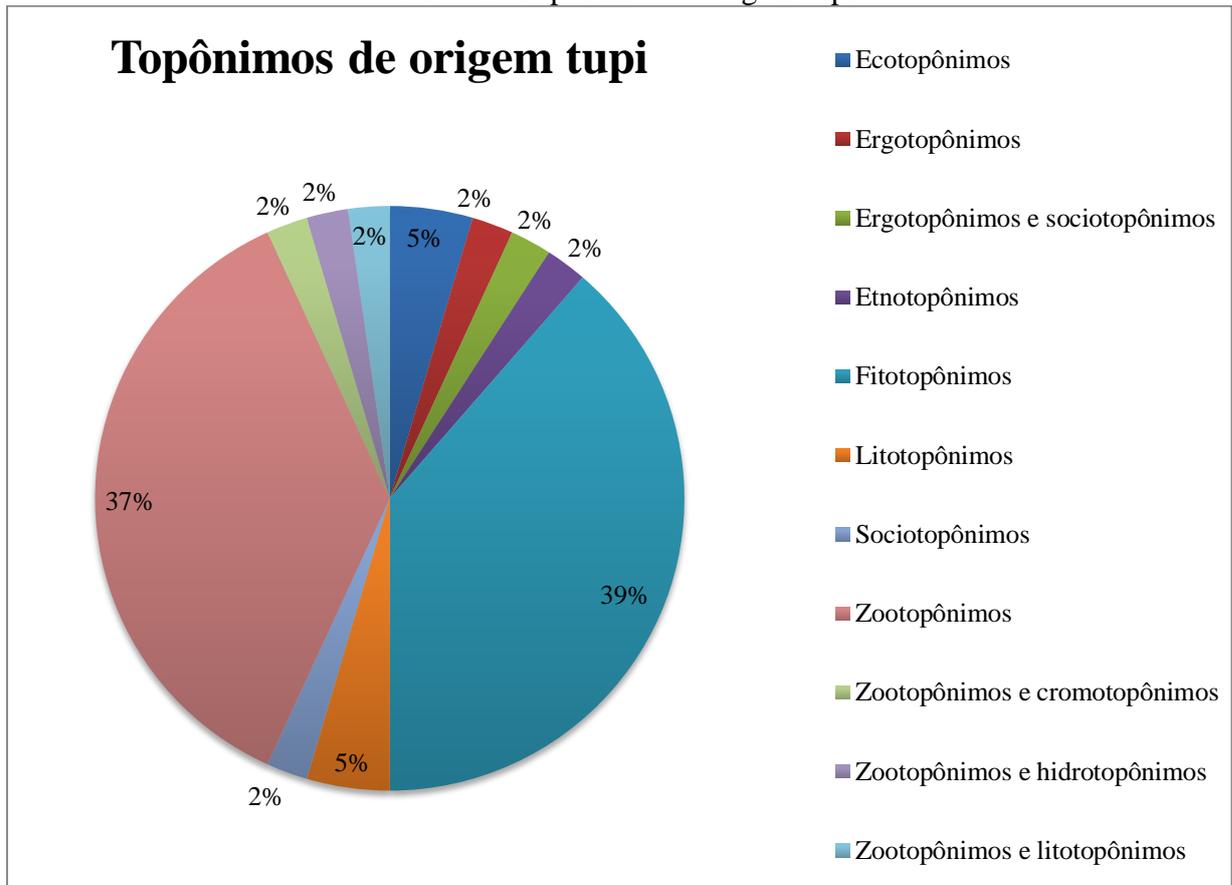
“[...] o nome de um lugar cotidiano remete aos saberes e às vivências de seus moradores, as características do local e as ações cotidianas” (Seide, 2010).

Este capítulo apresenta a análise dos dados e uma discussão acerca da influência do tupi na construção histórica de Goiás e de como essa configuração refletiu na escolha dos nomes de lugares goianos, especificamente da Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia. Os dados estão organizados e distribuídos em fichas lexicográficas-toponímicas e gráficos. A seguir, há a apresentação dos dados referentes a cada um dos quarenta e quatro topônimos de origem indígena, de natureza cultural e física, que compõe o *corpus* da pesquisa. O objetivo aqui é analisar os topônimos propriamente ditos, portanto, o nome genérico do sintagma toponímico (córrego) não será analisado e também não é descrito como nome composto.

4.1 Os Topônimos de origem tupi

O gráfico abaixo exibe o percentual de ecotopônimos, ergotopônimos, ergotopônimos e sociotopônimos, etnotopônimos, fitotopônimos, litotopônimos, sociotopônimos, zootopônimos, zootopônimos e cromotopônimos, zootopônimos e hidrotopônimos e zootopônimos e litotopônimos identificados neste estudo.

Gráfico 1: Topônimos de origem tupi

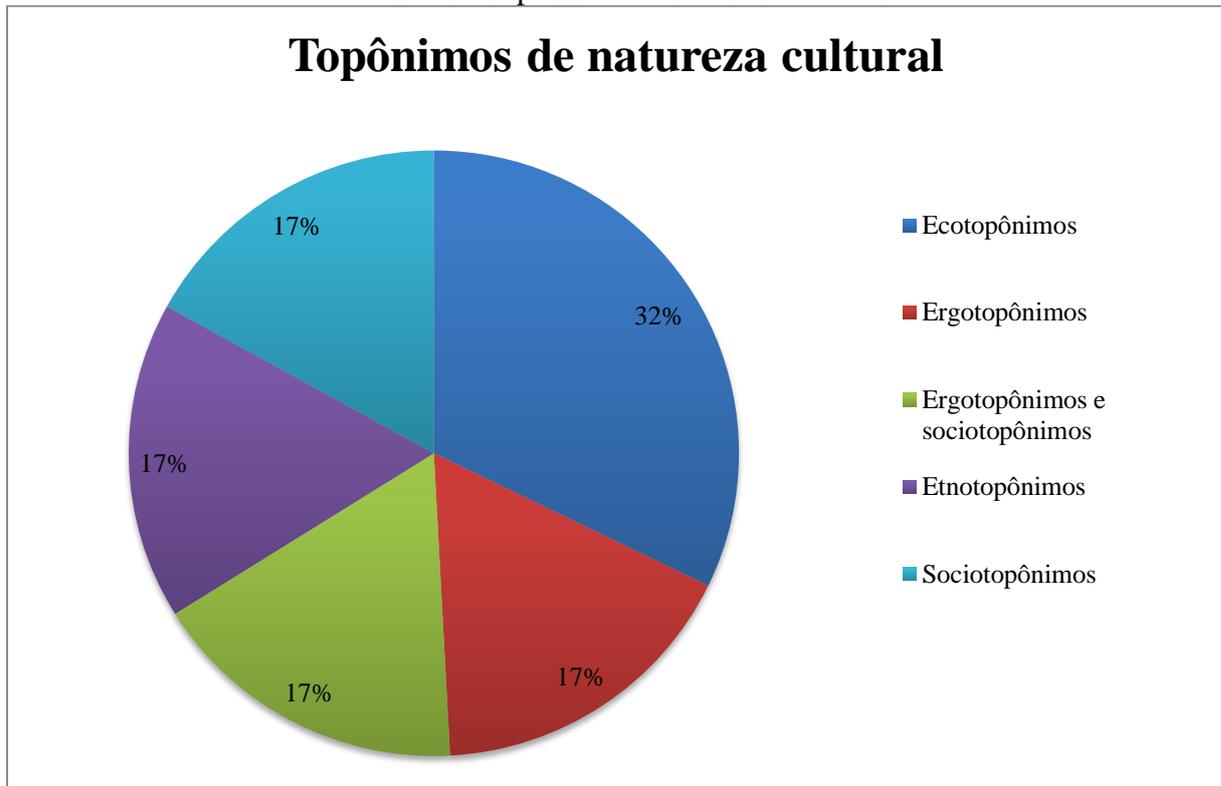


Fonte: elaborado pela autora.

Ao observar os dados do gráfico acerca dos topônimos de origem indígena analisados nesta pesquisa, é possível perceber que a maior incidência é de fitotopônimos, com 39% do total de nomes. Em seguida, estão os zootopônimos, com 37%. Depois, os litotopônimos e os ecotopônimos, com 5% e os demais, com 2%. Os dados revelam, portanto, um número superior de topônimos de natureza física (nomes de lugares alusivos a elementos da natureza) em relação aos de natureza cultural. O gráfico 2, a seguir, apresenta os topônimos de natureza cultural.

4.2 Os topônimos de natureza cultural

Gráfico 2: Topônimos de natureza cultural



Fonte: elaborado pela autora.

O gráfico acima evidencia que a maior ocorrência, dentre os nomes de natureza cultural, é de ecotopônimos, com 32% (02 topônimos); em seguida, com 17%, estão os ergotopônimos (01 topônimo), ergotopônimos e sociotopônimos (01 topônimo), etnotopônimos (01 topônimo) e os sociotopônimos (01 topônimo).

A seguir, há a apresentação dos dados, organizados em fichas lexicográficas-toponímicas, acerca dos topônimos de natureza cultural.

4.2.1 Ecotopônimos

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 01	
Topônimo: Córrego da Carioca	Localização: Santa Rita do Novo Destino, São Patrício
Taxeonomia: Ecotopônimo	Natureza: Cultural
Origem/Etimologia: “denominação local da Serra do Mar, nos limites entre Rio de Janeiro e São Paulo; nome de ant. aldeia tupinambá nas proximidades da baía de Guanabara; de caraioca , casa do homem branco, m.q. caraiob’oca ” (Tibiriçá, 1985, p. 40).	

Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino)
Informações enciclopédicas: Não encontradas
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 02	
Topônimo: Córrego da Tapera	Localização: Crixás
Taxeonomia: Ecotopônimo	Natureza: Cultural
Origem/Etimologia: “aldeia extinta” (Barbosa, 1970, p. 148); nome masculino, “habitação em ruínas”, 1562. Do tupi, ta’pera – ‘taua ‘taba’ + ‘puera ‘que foi’ (Cunha, 1998, p. 754).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino).	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Barbosa (1970), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Os ecotopônimos (nomes referentes às habitações de modo geral), conforme os dados da pesquisa, correspondem a 32% dos topônimos de natureza cultural e a 5% do total dos nomes de origem indígena analisados neste estudo (02 topônimos). São eles: Córrego da Carioca e Córrego da Tapera. O primeiro está localizado nos municípios de Santa Rita do Novo Destino e São Patrício e o segundo, em Crixás.

A escolha destes nomes para nominar córregos revela um reconhecimento cultural, visto que, o significado de ambos está relacionado a habitações de povos indígenas que, outrora, povoaram a região e que, portanto, reflete aspectos culturais de uma época e de um povo constituído de uma história.

4.2.2 Ergotopônimos

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 03	
Topônimo: Córrego Muquém	Localização: Goianésia
Taxeonomia: Ergotopônimo	Natureza: Cultural
Origem/Etimologia: “vila situada no mun. de Niquelândia, GO; de mokê , fogão improvisado fora do rancho, geralmente para moquear a caça ou churrasquear” (Tibiriçá, 1985, p. 88).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: variação de Moquém. Do tupi mo’kem “assar mal, tostar”; o nome deve-se ao fato de no lugar se moquear (Machado, 2003, p. 1021).	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) E VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Os dados da pesquisa apontam para apenas 01 (um) ergotopônimo dentre os nomes de lugares que compõem o *corpus* da pesquisa. Localizado no município de Goianésia, o Córrego Muquém corresponde a 17% dos topônimos de natureza cultural e 2% do total dos nomes analisados. O ergotopônimo “Muquém” possui caráter cultural e evidencia aspectos da cultura material de um povo.

4.2.3 Ergotopônimos e Sociotopônimos

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 04	
Topônimo: Córrego Caiçara	Localização: Santa Terezinha de Goiás, Vila Propício
Taxeonomia: Ergotopônimo e Sociotopônimo	Natureza: Cultural
Origem/Etimologia: 1. “cid. do Pará; cid. da Paraíba; nome de várias pequenas loc. do	

litoral brasileiro; de caiçara , pescador praiano; etim. caá-yssá – cerca de ramos, fortificação para vedar o trânsito” (Tibiriçá, 1985, p. 34).
2. “nome que se dá, no Brasil, ao indivíduo oriundo das regiões litorâneas; no senso estrito, é o pescador que vive nas proximidades do mar; de caá-yssara , tapagem feita de ramos de árvores para vedar a passagem, espécie de fortificação que faziam os antigos índios” (p. 162).
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino)
Informações enciclopédicas: Não encontradas
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira

Fonte: elaborado pela autora.

O Córrego Caiçara, localizado no município de Santa Terezinha de Goiás e na Vila Propício, caracteriza-se como ergotopônimo e sociotopônimo. O nome do córrego analisado nesta pesquisa corresponde a 17% dos topônimos de natureza cultural e a 2% do total. Trata-se de um topônimo cuja motivação da escolha do nome possui uma natureza cultural, pois faz alusão à cultura material e, ao mesmo tempo, a atividades profissionais de um povo.

4.2.4 Etnotopônimos

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 05	
Topônimo: Crixás	Localização: Crixás
Taxonomia: Etnotopônimo	Natureza: Cultural
Origem/Etimologia: nome dos indígenas da etnia “kirirás” ou “curuchás” adaptado em tupi para Crixás. “cid. de Goiás; de Crixá , nome de uma tribo que outrora habitou a região” (p. 45).	
Estrutura morfológica: Nome simples.	
Informações enciclopédicas: “Pela Lei Estadual nº 850, de 30 de outubro de 1953, criou-se o Município de Crixás, instalado oficialmente em 1º de janeiro de 1954” (IBGE). No que se refere à divisão territorial, o município de Crixás constitui-se de dois distritos: Crixás e Auriverde.	

Referências: Tibiriçá (1985), IMB (2022), IBGE (2020).
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira

Fonte: elaborado pela autora.

Os resultados da presente pesquisa apontam para 01 (um) etnotopônimo, dentre os 44 (quarenta e quatro) topônimos investigados, denominado Crixás, que corresponde a 2% do total dos nomes analisados e 17% dentre os de natureza cultural. *Crixás* é uma cidade de Goiás cujo nome originou de “kirirás” ou “curuchás”, nome de uma etnia indígena que, segundo Tibiriçá (1985), no passado, habitou estas terras. O nome *Crixás*, apresentado na ficha lexicográfica-toponímica acima, evidencia, assim, questões étnicas e resgata aspectos culturais do estado de Goiás.

Conforme explica Dick (2002, p. 123), “[...] a cultura do grupo é determinante na condução desse saber-fazer denominativo, responsável pelas novas séries de designações que enformam a cadeia lexical, na perspectiva de uma antropologia linguística”. Assim, os nomes de locativos refletem a cultura de um povo e da região que habitam ou já habitaram.

4.2.5 Sociotopônimos

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 06	
Topônimo: Embiara	Localização: Nova América
Taxeonomia: Sociotopônimo	Natureza: Cultural
Origem/Etimologia: “loc. da Bahia; de embiara , caça, lugar onde há caça” (Tibiriçá, 1985, p.48); “caça, presa, prisioneiro” (Tibiriçá, 1985, p. 169).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) E VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

O sociotopônimo encontrado na Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia corresponde a 17% dos topônimos de natureza cultural e a 2% do total de nomes (02 topônimos), cujo nome é Embiara.

Embiara, povoado localizado no município de Nova América, de *embiara*, que significa “caça, lugar onde há caça” (Tibiriçá, 1985, p.48), pode ser caracterizado como um sociotopônimo, visto que, o seu significado está relacionado a uma atividade humana praticada por povos distintos em diferentes lugares do mundo.

Dick (2010, p. 178) postula que “[...] qualquer que seja a região estudada, do ponto de vista físico ou de sua constituição étnico-social, os nomes escolhidos para os locativos refletem essa formação sociológica, conscientemente ou não”. Nesse sentido, a motivação do nomeador ao escolher “Embiara” para dar nome a um córrego possui caráter cultural, dado que, está associada a uma atividade profissional humana.

A seguir, há a apresentação dos dados sobre os topônimos de natureza física que compõem o *corpus* desta pesquisa.

4.3 Os topônimos de natureza física

Gráfico 3: Topônimos de natureza física



Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com o gráfico acima, na categoria de topônimos de caráter físico, a maior incidência é de fitotopônimos, com 45% (17 topônimos); em seguida, estão os zootopônimos, com 42%; logo após, os litotopônimos com 5% (02 topônimos); depois, o zootopônimo e cromotopônimo com 2,6% (01 topônimo), o zootopônimo e hidrotopônimo, com 2,6% (01 topônimo) e zootopônimo e litotopônimo, também com 2,6% (01 topônimo). Os dados a seguir, organizados em fichas lexicográficas-toponímicas, referem-se aos nomes de lugares de índole física.

4.3.1 Fitotopônimos

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 07	
Topônimo: Córrego Angical	Localização: Santa Terezinha de Goiás
Taxeonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “cid. da Bahia; de anjyca , esp. de acácia brasileira” (Tibiriçá, 1985, p. 19).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 08	
Topônimo: Córrego do Angico	Localização: Morro Agudo de Goiás
Taxeonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “povoação à margem esquerda do rio Sergipe, SE; de anjyca , esp. de acácia brasileira” (Tibiriçá, 1985, p. 19).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	

Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 09	
Topônimo: Córrego Bacuri	Localização: Rubiataba
Taxonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “ilha do Pará; serra do E. de São Paulo; de bacuri , nome comum a várias plantas da fam. das gutíferas” (p. 27).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 10	
Topônimo: Córrego Buriti	Localização: Morro Agudo de Goiás, Rubiataba
Taxonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “rio e cid. do Maranhão; rio de Mato Grosso; serra do Piauí; de buriti , nome de uma palmeira das regiões tropicais” (Tibiriçá, 1985, p. 32); “nome de palmeira e de vários nomes geográficos do Brasil” (Tibiriçá, 1985, p. 162).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 11	
Topônimo: Córrego Caeté	Localização: Rubiataba
Taxonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “cid. de Minas Gerais; de caá-eté , floresta, mata verdadeira” (Tibiriçá, 1985, p. 33).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 12	
Topônimo: Córrego Capimpuba	Localização: Vila Propício
Taxonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “rio e cidade do Pará; de capíí , capim” (Tibiriçá, 1985, p. 38); “capíí – capim; termo que entra na composição de nomes de diferentes espécies de gramíneas” (Tibiriçá, 1985, p. 164) + puba - “mole; maduro; podre” (Barbosa, 1970, p. 131).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), Barbosa (1970), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 13	
Topônimo: Córrego Catinga	Localização: Santa Terezinha de Goiás
Taxonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “loc. de Minas Gerais; de caá-tinga, matagal ralo e de poucas folhas” (Tibiriçá, 1985, p. 41).	

Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino)
Informações enciclopédicas: Não encontradas
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 14	
Topônimo: Córrego Cipó	Localização: Itapaci, Nova Glória
Taxeonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: do tupi, <i>ĩsipó</i> . “É o nome comum dado às plantas trepadeiras que pendem dos troncos e dos galhos das árvores” (Bagno; Carvalho, 2014, p. 39).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Bagno; Carvalho (2014), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 15	
Topônimo: Córrego Congonhas	Localização: Pilar de Goiás
Taxeonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “cidade de Minas Gerais; bairro e aeroporto internacional da cidade de S. Paulo; de congonha , nome de uma planta de que os antigos faziam chá” (Tibiriçá, 1985, p. 44).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	

Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira
--

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 16	
Topônimo: Córrego Jatobá	Localização: Itapaci, Nova Glória
Taxeonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “cid. de Goiás; de jatobá , nome de uma árvore leguminosa também chamada jataí ” (Tibiriçá, 1985, p. 76).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 17	
Topônimo: Córrego Peroba	Localização: São Patrício
Taxeonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “povoação do mun. de São Luís do Paraitinga; de peroba, conhecida madeira usada em construções; do tupi yperoba ” (Tibiriçá, 1985, p. 96).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 18	
Topônimo: Córrego Pindaíbal	Localização: Uirapuru
Taxeonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física

Origem/Etimologia: de pindaíba; “tupi pindá , ‘anzol’, e iua , ‘haste’. É o nome de várias árvores e arbustos brasileiros, usados pelos índios para fabricar a vara do anzol. Uma dessas árvores dá um fruto parecido com uma pinha” (Bagno; Carvalho, 2014, p. 101).
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)
Informações enciclopédicas: Não encontradas
Referências: Bagno e Carvalho (2014), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 19	
Topônimo: Córrego Samambaia	Localização: Rubiataba
Taxonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “vila do mun. de Tobias Barreto, SE; de samambaia, conhecida planta ornamental” (Tibiriçá, 1985, p. 102).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 20	
Topônimo: Córrego Taboca	Localização: Ipiranga de Goiás, Rubiataba e São Patrício
Taxonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “var. de canácea” (Tibiriçá, 1985, p. 188); “taquara” (Barbosa, 1970, p. 147).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	

Referências: Tibiriçá (1985), Barbosa (1970), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 21	
Topônimo: Córrego Taquaral	Localização: Guarinos
Taxeonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “de tacuara, taquara, bambu” (Tibiriçá, 1985, p. 109); “tupi takuara, ‘cana oca, bambú’, com o elemento kuara ‘buraco, oco’ + sufixo -al; [...] Nomes de lugar com taquara são bem comuns, como, por exemplo, Taquaritinga (SP)” (Bagno; Carvalho, 2014, p. 133).	
Estrutura morfológica: Nome simples (Substantivo feminino taquara + sufixo -al).	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985); Bagno e Carvalho (2014), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 22	
Topônimo: Córrego Taquari	Localização: Crixás, Santa Terezinha de Goiás e Vila Propício
Taxeonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “rio do E. de São Paulo; cid. do Rio Grande do Sul; de tacuari , planta da fam. das euforbiáceas” (Tibiriçá, 1985, p. 110).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	

Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 23	
Topônimo: Córrego Taquaruçu	Localização: Pilar de Goiás e Santa Terezinha de Goiás
Taxeonomia: Fitotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: de taquara, “cid. do Rio Grande do Sul; de tacuara , taquara, bambu” (Tibiriçá, 1985, p. 109) + uçu, ussu, “grande, grosso; caba , vespa; cab-ussu , marimbondo” (Tibiriçá, 1985, p. 190).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Os dados da pesquisa apresentados nas fichas lexicográficas-toponímicas acima evidenciam fitotopônimos (nomes de lugares relativos à natureza vegetal), que correspondem a 39% do total dos topônimos de origem indígena da região que este estudo se dedicou a investigar e a 45% dos topônimos de natureza física (17 topônimos). São eles: Córrego Angical, Córrego do Angico, Córrego Bacuri, Córrego Buriti, Córrego Caeté, Córrego Capimpuba, Córrego Catinga, Córrego Cipó, Córrego Congonhas, Córrego Jatobá, Córrego Peroba, Córrego Pindaíbal, Córrego Samambaia, Córrego Taboca, Córrego Taquaral, Córrego Taquari e Córrego Taquaruçu.

Dick (1990, p. 194) explica que

Numa região como o Brasil, onde a vegetação exuberante, variada e intensa em vastíssimas zonas, a denominação dos lugares de procedência indígena deve, de contínuo, traduzir a feição local sob o ponto de vista da sua vestimenta vegetal, ou pelas espécies características. A geografia aqui reflete nas denominações dos lugares a característica vegetal de cada uma. Não é, pois, de estranhar-se o frequente emprego de nomes de plantas, árvores, para

individuar um rio, um banhado, um vale, um povoado, uma serra, um acidente topográfico qualquer.

Assim, entende-se que as motivações que envolvem as escolhas dos nomes para os córregos mencionados acima, indicam a natureza vegetal da região e revelam, portanto, características físicas da Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia.

4.3.2 Litotopônimos

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 24	
Topônimo: Itapaci	Localização: Itapaci
Taxeonomia: Litotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “cid. do E. de Goiás; de itá-apassé , pedra destacada, ou deslocada” (Tibiriçá, 1985, p.66).	
Estrutura morfológica: Nome simples	
Informações enciclopédicas: Itapaci teve o início de seu povoamento na década de 1920, nas terras das fazendas “Água Fria” e “Barra”, local outrora habitado por povos indígenas da etnia “Curuxás” e “Canoeiros”. No ano de 1924, José Ferreira Dutra, as famílias Andrade, Lemos, Adorneles e outras, ali se firmaram. Em 02 de julho de 1935, ocorreu o levantamento de um cruzeiro em terras doadas por Domiciano Rodrigues Peixoto, que deu início a criação do povoado denominado “Água Fria”, que depois recebeu o nome de “Floresta”. Em 31 de outubro de 1938, recebeu a categoria de distrito e no dia 15 de março de 1939 instalado com o então nome “Itapaci” (IBGE, 2023). “Em divisão territorial datada de 1-VI-1995, o município é constituído de 2 distritos: Itapaci e Aparecida de Goiás. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007” (IBGE, 2023).	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 25	
Topônimo: Córrego da Itapeva	Localização: Ipiranga de Goiás, Itapaci,

	Nova Glória
Taxeonomia: Litotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “cid. do E. de São Paulo; de itapeba , lage, lit. pedra chata” (Tibiriçá, 1985, p. 67).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme a taxonomia proposta por Dick (1990), o Córrego da Itapeva, localizado nos municípios de Ipiranga de Goiás, Itapaci e Nova Glória, e a cidade de Itapaci, podem ser classificados como litotopônimos, visto que, trata-se de nomes relacionados à natureza mineral. Nesse sentido, admite-se que as escolhas dos nomes Itapaci e o Córrego da Itapeva apontam para questões físicas da região.

Os litotopônimos identificados por meio do levantamento e análise dos dados correspondem a 5% do total de topônimos que compõem o *corpus* da pesquisa e a 5% dos nomes de lugares de natureza física deste estudo.

4.3.3 Zootopônimos

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 26	
Topônimo: Córrego Araras	Localização: Crixás
Taxeonomia: Zootopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: de arara , “sede municipal do E. da Paraíba; de arara, conhecida ave brasileira” (Tibiriçá, 1985, p. 24); “conhecida ave de nossa fauna; aparece em muitos topônimos sem a última sílaba átona como costuma acontecer nas palavras compostas: ara-andu (ervilha de arara), ara-apecu (língua de arara), ara-poe (esparrela de arara), etc.” (Tibiriçá, 1985, p. 159).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino)	

Informações enciclopédicas: Não encontradas
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 27	
Topônimo: Córrego Calumbi	Localização: Goianésia
Taxonomia: Zootopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “sede municipal de Pernambuco; provável alt. de carumbé , nome do jaboti macho” (Tibiriçá, 1985, p. 35).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 28	
Topônimo: Córrego Catitu	Localização: Ceres
Taxonomia: Zootopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: variação de Caititu, Caitetu – “esp. de porco do mato, pouco menor que o Tanhaçu e muito agressivo” (Tibiriçá, 1985, p. 163).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 29	
Topônimo: Córrego Grajaú	Localização: Uruana
Taxeonomia: Zootopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “rio e cidade do Maranhão; bairro do Rio de Janeiro; bairro da cidade de São Paulo; de carajá-u, comida de mono, pasto de mono, lugar onde os monos vêm comer; ou pode ser carajá-y, rio dos monos” (Tibiriçá, 1985, p. 49).	
Estrutura morfológica: Nome simples	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 30	
Topônimo: Córrego Guará	Localização: Goianésia
Taxeonomia: Zootopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: do tupi, guará ¹ - “guará é uma bela ave da família da cegonha, de plumagem vermelha muito viva [...] Muitos lugares do Brasil trazem essa linda ave em seu nome” (p. 52); guará ² - “O guará ou lobo-guará é uma espécie de lobo característico do cerrado brasileiro, com pernas compridas para andar no capim e pelos de um vermelho-dourado muito bonito” (Bagno; Carvalho, 2014, p. 53).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Bagno; Carvalho (2014), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 31	
Topônimo: Córrego do Jacu	Localização: Crixás

Taxeonomia: Zootopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “rio nas proximidades da cid. de São Paulo; de jacu, ave galinácea” (Tibiriçá, 1985, p.73).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 32	
Topônimo: Córrego Jiboia	Localização: Vila Propício
Taxeonomia: Zootopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “tupi iĩmboia, provavelmente de iĩba ‘arco-íris’ e mboia ‘cobra’, “cobra arco-íris” (Bagno; Carvalho, 2014, p. 68).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Bagno; Carvalho (2014), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 33	
Topônimo: Córrego Lambari	Localização: Goianésia
Taxeonomia: Zootopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “cid. de Minas Gerais; do nome do conhecido peixe de rio lambari, cujo termo provém do tupi araberi , que significa baratinha” (Tibiriçá, 1985, p. 79).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	

Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 34	
Topônimo: Córrego do Macaco	Localização: Nova Glória
Taxeonomia: Zootopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “de Macacu, macaco, neol. Engajado ao tupi caboclo” (Tibiriçá, 1985, p. 80).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 35	
Topônimo: Córrego Mandi	Localização: Guarinos
Taxeonomia: Zootopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “peixe de rio, da fam. dos pimelodídeos” (Tibiriçá, 1985, p. 178).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 36	
Topônimo: Córrego Mutum	Localização: Barro Alto, Uirapuru, Vila

	Propício
Taxeonomia: Zootopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: do tupi, mitũ, “espécie de pássaro” (Bagno; Carvalho, 2014, p. 86); “cid. de Minas Gerais; do tupi mytu , mutum (certa ave galinácea)” (Tibiriçá, 1985, p. 89).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Bagno e Carvalho (2014); Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 37	
Topônimo: Córrego Pirapitinga	Localização: Itapaci e Morro Agudo de Goiás
Taxeonomia: Zootopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “de pirapitinga , var. de peixe da fam. dos caracídeos; etim. pirá-pi-tinga , peixe de pele branca, peixe de escama branca” (Tibiriçá, 1985, p. 98).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 38	
Topônimo: Córrego Sucuri	Localização: Morro Agudo de Goiás
Taxeonomia: Zootopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “córrego de São Paulo; de sucuri , conhecida cobra de nossa fauna” (Tibiriçá, 1985, p. 105).	

Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino)
Informações enciclopédicas: Não encontradas
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 39	
Topônimo: Córrego Sucuriú	Localização: Pilar de Goiás
Taxeonomia: Zootopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “rio do Piauí; rio de Mato Grosso; de sucuri-y , rio da sucuri; sucuriú , pode ser, ainda, alt. de sucuriju , cuja pronúncia no norte do Brasil é sucuri-iú ” (Tibiriçá, 1985, p. 105).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 40	
Topônimo: Córrego Tamanduá	Localização: Barro Alto
Taxeonomia: Zootopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “rio do mun. de São Manoel, SP; ilha do litoral norte do E. de São Paulo; de tamanduá, conhecido mimercófago de nossa fauna” (Tibiriçá, 1985, p. 107).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: tamendoá (1576), tamêndoá, tamanduá, do tupi ‘tamanu’a. (Cunha, 1998, p. 752).	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	

Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira

Fonte: elaborado pela autora.

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 41	
Topônimo: Uruana	Localização: Uruana
Taxonomia: Zootopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “cid. do E. de Goiás; possível alt. de uruã , que por sua vez é contração de uruanga , sombra de uru, abrigo de uru” (Tibiriçá, 1985, p.118).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino)	
Informações enciclopédicas: Uruana está localizada no Vale de São Patrício, às margens do rio Uru, cuja área territorial do município, em 2022, de acordo com dados do IBGE, era de 522,904 km ² . A cidade foi fundada em 1938 por José Alves Toledo onde, no ano anterior, havia sido levantado um cruzeiro. Em 14-09-1948, pela lei estadual nº 132, Uruana é elevada à categoria de município (Prefeitura de Uruana, 2024).	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022), VOLP (2022) e Prefeitura de Uruana (2024).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Ao observar as fichas lexicográficas-toponímicas acima, percebe-se que há, dentre os extratos pesquisados, 17 (dezesete) zootopônimos, isto é, nomes de lugares relativos a animais. Estes correspondem a 39% do total dos nomes e a 45% dos signos toponímicos de natureza física. São eles: Córrego Araras, Córrego Calumbi, Córrego Catitu, Córrego Grajaú, Córrego Guará, Córrego do Jacu, Córrego Jiboia, Córrego Jundiá, Córrego Lambari, Córrego do Macaco, Córrego Mandi, Córrego Mutum, Córrego Pirapitinga, Córrego Sucuri, Córrego Sucuriú, Córrego Tamanduá e Uruana.

Os nomes de córregos mencionados e o topônimo *Uruana*, são, conforme a divisão de topônimos em classes, proposta por Dick (1990), de natureza física. A motivação do nomeador para a escolha destes signos linguísticos para nominar os lugares possui índole animal.

Acerca do topônimo *Uruana*, vale ressaltar que existem duas hipóteses para a origem deste nome. Segundo Tibiriçá, trata-se de uma possível alteração de *uruã*, que é a contração de *uruanga*, cujo significado é “sombra de uru, abrigo de uru” (Tibiriçá, 1985, p.118). Ao considerar a teoria do autor, entende-se que o nome em questão possui origem indígena. A segunda hipótese é a de que o nome da cidade resulta da junção de *uru* + *ana* como uma forma de homenagem que fez o Sr. José Alves Toledo, fundador da cidade, à sua esposa, *Ana*, e ao rio que banha a cidade, *uru*. Assim, conforme as histórias contadas por moradores da cidade, *Uruana* deriva de *uru* (do tupi), “esp. de ave da fam. dos fasianídeos” (Tibiriçá, 1985, p. 191) + *an(a)*- ano, suf. nom., do lat. anus –ana, que se documentam em adjetivos e em substantivos com noções de: (i) proveniência, origem (goiano) (Cunha, 1998, p. 51); ou de *uru* (espécie de ave, de origem tupi) + *ana* (f. Do hebr. *Hannah*, <<graça>>, isto é, <<graciosa>>, pelo gr. *Anna* e depois pelo lat. *Anna* (Machado, 2003, p. 128). Neste caso, o nome é considerado um topônimo híbrido, uma vez que, possui em sua formação, elementos de línguas distintas.

4.3.4 Zootopônimos e Cromotopônimos

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 42	
Topônimo: Uirapuru	Localização: Uirapuru
Taxeonomia: Zootopônimo e Cromotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: uirá , de guirá, guyrá – “ave, pássaro; aparece nos topônimos sob as formas uirá , irá ”. (p. 171) + puru – “termo nheengatu que aparece em ‘alguns topônimos da Amazônia; significa ‘matizado, enfeitado (de várias cores)’ ” (Tibiriçá, 1985, p.185).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Em terras doadas por André Ferreira de Carvalho e sua esposa Delprina Neves de Carvalho e por Antônio Machado Santana e sua esposa Virgínia Machado Santana, Uirapuru teve início em 1968. A emancipação do local ocorreu em 30 de abril de 1992, pela Lei Estadual nº 11.706 (IBGE, 2023). “Elevado à categoria de município com a denominação de Uirapuru, pela Lei Estadual nº 11706, de 29-04-1992, desmembrado de Crixás. Sede no antigo Distrito de Uirapuru. Constituído do Distrito Sede. Instalado em 01-01-1993” (IBGE, 2023).	

Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira

Fonte: elaborado pela autora.

O nome *Uirapuru*, constituído dos elementos *uirá*, de *guirá*, *guyrá* – “ave, pássaro” (Tibiriçá, 1985, p. 171) + *puru* “matizado, enfeitado (de várias cores)” (Tibiriçá, 1985, p.185), constitui 2,5% dos topônimos de natureza física e 2% do total dos nomes. Refere-se a um nome de origem indígena que pode ser classificado como zootopônimo e cromotopônimo, pois possui natureza animal e faz alusão à escala cromática.

4.3.5 Zootopônimos e Hidrotopônimos

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 43	
Topônimo: Córrego Jundiáí	Localização: Uruana
Taxeonomia: Zootopônimo, Hidrotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: “rio e cid. do E. de São Paulo; de <i>jundiá-y</i> , rio do bagre” (Tibiriçá, 1985, p. 78).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo masculino)	
Informações enciclopédicas: Não encontradas	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

O signo toponímico *Jundiáí*, de “*jundiá-y*, rio do bagre” (Tibiriçá, 1985, p. 78), que dá nome a um córrego localizado no município de Uruana, pode ser classificado, neste estudo, segundo o sistema de taxes de Dick (1990), como zootopônimo e hidrotopônimo, uma vez que o seu significado está relacionado a acidentes hidrológicos e, ao mesmo tempo, possui caráter animal. O zootopônimo e hidrotopônimo em questão corresponde a 2% do total de topônimos analisados nesta pesquisa e a 2,6% dos nomes de natureza física.

4.3.6 Zootopônimos e Litotopônimos

Ficha lexicográfica-toponímica

Nº de ordem: 44	
Topônimo: Uruíta	Localização: Uruana
Taxeonomia: Zootopônimo e Litotopônimo	Natureza: Física
Origem/Etimologia: uru – “esp. de ave da fam. dos fasianídeos” (Tibiriçá, 1985, p. 191) + ita – “pedra; é o termo mais comum nos topônimos brasileiros; algumas vezes aparece sem o i inicial: Ta-nhenga (ilha do Rio de Janeiro), Ta-ratã (localidade da Bahia)” (Tibiriçá, 1985, p. 174).	
Estrutura morfológica: Nome simples (substantivo feminino)	
Informações enciclopédicas: Uruíta é um distrito do município de Uruana, localizado entre as cidades de Itaguaru e Uruana. “Pela Lei Municipal n.º 134, de 29-11-1963, é criado o distrito de Uruíta e anexado ao município de Uruana” (IBGE, 2023).	
Referências: Tibiriçá (1985), IBGE (2020), IMB (2022) e VOLP (2022).	
Data da coleta: Out./2023 a Jan./2024.	
Pesquisador: Ana Maria Pereira Santos	
Revisor: Prof. ^a Dr. ^a Kênia Mara de Freitas Siqueira	

Fonte: elaborado pela autora.

Uruíta, de *uru*, espécie de ave + *ita*, pedra (Tibiriçá, 1985), é um nome de natureza física que pode ser classificado como zootopônimo e, ao mesmo tempo, litotopônimo, visto que, um de seus elementos constituintes possui índole animal e o outro, mineral. O topônimo *Uruíta* corresponde a 2,5% dos nomes de natureza física investigados neste estudo e a 2% do total.

O signo linguístico que dá nome ao distrito, que está localizado entre as cidades de Uruana e Itaguaru, provavelmente, resulta da junção de parte dos elementos que formam os nomes das duas cidades próximas. Assim, a motivação da escolha do nome *Uruíta* pode estar relacionada à sua localização.

Os dados acerca do nome *Uruíta* bem como dos demais topônimos de origem indígena da Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia, apresentados nas fichas lexicográficas-toponímicas e gráficos desta seção, evidenciam a recorrência à língua indígena, língua geral paulista. Entre os nomes de locativos em geral (municípios, distritos, córregos), dos 23 (vinte e três) municípios que constituem a região estudada, 44 (quarenta e quatro) têm a sua origem na língua dos primeiros habitantes do território brasileiro.

O foco inicial da pesquisa recaía sobre a macrotoponímia, ou seja, os nomes de municípios e povoações maiores, topônimos oficiais (Uruana, Uruíta, Goianésia), no entanto, os dados, obtidos por meio de buscas em mapas municipais nos sites do IBGE e IMB e consultas em dicionários etimológicos, apontaram para um conjunto toponímico espontâneo significativo. Em outras palavras, os locativos relativos a córregos, riachos e outros, evidenciam que a toponímia espontânea, aquela que está mais vinculada aos nomeadores se mostra mais numerosa e mais ligada aos primeiros moradores de Goiás, sejam os colonizadores ou outros que vieram depois para o território dos povos falantes de língua do tronco Macro-Jê. .

Nesse sentido, é possível afirmar, por meio da análise dos nomes de lugares da região estudada, que há um número significativo de topônimos que nomeiam elementos hídricos (córregos, rios, riachos) e que os macrotopônimos (cidades, distritos) não formam um conjunto numeroso como se pensava anteriormente.

Entre os 44 (quarenta e quatro) topônimos analisados, apenas 6 (seis) nomeiam cidades, distritos e povoados. São eles: Crixás (cidade), Embiara (povoado), Itapaci (cidade), Uirapuru (cidade), Uruana (cidade) e Uruíta (distrito). Os outros 38 (trinta e oito) signos dão nomes a córregos localizados nos municípios que constituem a região pesquisada.

A nomeação destes córregos, geralmente, realizada por moradores da região, indica uma estreita relação destes povos com elementos da natureza. Os nomes (*Córrego*) *Jatobá*, (*Córrego*) *Samambaia*, (*Córrego*) *Tamanduá*, entre tantos outros, evidenciam esta ligação. Recorrer ao tupi para dar nomes a lugares era atividade recorrente desde século XVII, e se tornou muito relevante no início do século XX, já que havia uma atmosfera de valorização dos elementos genuinamente brasileiros. Um nacionalismo meio antropofágico, que reverberado pela Semana de Arte Moderna. No entanto, não há, neste estudo, dados que comprovem o período em que ocorreu a nomeação destes lugares e córregos, mas sabe-se que, inúmeros topônimos e hidrotopônimos possuem caráter decolonial, pois surgiram durante um movimento histórico de nacionalismo e de valorização do que era brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta etapa do estudo sobre os topônimos goianos de origem indígena teve objetivo de formar uma proposta teórica que coadune as teorias lexicais com os métodos usados nos estudos dos nomes próprios. Nesse sentido, o primeiro capítulo apresentou conceitos referentes ao signo toponímico como componente do léxico da língua. O capítulo também distingue os conceitos e termos usados em Toponomástica e os correlatos da toponímia. Para este, reserva-se o sentido de “conjunto de topônimos de dado território”, enquanto aquele (Toponomástica), como área (ou subárea) da Onomástica que estuda os nomes próprios de lugares.

O segundo capítulo desta pesquisa apresentou a DTB, de acordo com as novas atualizações realizadas pelo IBGE, em 2017. O capítulo trouxe também dados históricos sobre a formação de Ceres e Rialma, desde a implantação da CANG, até a sua emancipação, além de ter evidenciado questões históricas e econômicas sobre o município de Goianésia, destaque no setor industrial e comercial, atualmente.

O terceiro capítulo trata dos métodos e dos procedimentos metodológicos seguidos para elaboração do *corpus* de análise. Este compreende os topônimos de origem indígena da Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia. Pelo breve histórico traçado no segundo capítulo, foi possível verificar nos topônimos dessa região, que um elemento de origem indígena na sua constituição, são morfemas (raízes, prefixos, sufixos) da Língua Geral Paulista, língua (de base tupi) falada pelos bandeirantes, que para Goiás acorreram em busca de riquezas.

O quarto capítulo constitui-se da apresentação e análise dos dados da pesquisa. Por meio do levantamento e da interpretação destes dados, é possível perceber que os nomes de origem indígena são recorrentes na nomeação de cidades, distritos e córregos na Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia.

Conforme mostra o gráfico 1 (um) da seção 4 (quatro) deste estudo, a maior ocorrência é de fitotopônimos, com 39% do total de nomes (17 topônimos), seguida dos zootopônimos, com 37% (16 topônimos). Depois, estão os litotopônimos (02 topônimos) e os ecotopônimos (02 topônimos), com 5%. Os ergotopônimos (01 topônimo), ergotopônimos e sociotopônimos (01 topônimo), etnotopônimos (01 topônimo), sociotopônimos (01 topônimo), zootopônimos e cromotopônimos (01 topônimo), zootopônimos e hidrotopônimos (01 topônimo) e zootopônimos e litotopônimos (01 topônimo) correspondem a 2% dos nomes

analisados. Assim, ao observar os nomes de locativos da região investigada neste estudo, nota-se que estes são signos linguísticos que carregam características físicas e culturais acerca dos lugares que nomeiam embora os elementos físicos são mais salientes.

Há também, a significativa contribuição da língua tupi no processo de nomeação dos locativos da Região Geográfica Imediata de Ceres-Rialma-Goianésia, principalmente na nomeação de córregos. O que evidencia uma toponímia espontânea primeva, significativa do ponto de vista da estreita relação entre o nomeador e os lugares nomeados.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2012.

ABBADE, Celina Márcia de Souza; CORREIA, Clese Mary Prudente. Os signos toponímicos e suas marcas na história da Bahia. In ISQUERDO, Aparecida Negri; ABBADE, Celina Márcia de Souza. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2020.

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Dialectologia e Toponímia. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs). *Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 159-146.

ALMEIDA, Júlia. *Geopolíticas e descolonização do conhecimento Anais do Seminário Nacionalda Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES*. v.1 n.1, 2011.

ANDRADE, Karylleila dos Santos; DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A interdisciplinaridade no contexto da toponímia: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Orgs). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. VI. Campo Grande-MS: UFMS, 2012. p. 193-207

ANTUNES, Irlandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos; CARVALHO, Orlene Lúcia de Sabóia. *Pororoca, pipoca, paca e outras palavras do tupi*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BARBOSA, Antônio Lemos. *Pequeno vocabulário português-tupi*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1970.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *A estruturação do léxico e a organização do conhecimento*. Letras de Hoje. Porto Alegre: PUCRS, v.22, n.4, p. 81 – 96, dez. 1987.

_____. *Dimensões da palavra*. Filologia e Linguística Portuguesa, n. 2, p. 81-118, 1998.

_____. *O conhecimento, a terminologia e o dicionário*. Ciência e Cultura. v. 58. n. 2, abr./jun., 2006.

_____. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BÍZIKOVÁ, Lucia. *Importância das línguas tupis para o português brasileiro*. (Departamento de Línguas Românicas e Literatura. Língua e Literatura Portuguesa), Universidade de Masaryk. Faculdade de Letras. Brno, Rep. Tcheca, 2008.

CABRERA, Genoveva Torres. *Sobre Toponomástica*. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 2002. Disponível em: http://www.canatlantico.ulpgc.es/pdf/8/7/Sobre_toponomastica.pdf

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. *As origens dos nomes das pessoas*. 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11401>. Acesso em: 27 jul. 2023.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. *Princípios teóricos de toponímia e antroponímia: a questão do nome próprio*. Desvios cometidos na interação. 2018. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/09.htm>

CARVALHO, Maria Aparecida de. *Contribuições para o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso – Mesorregião Sudeste Mato-Grossense*, 2010. 540 f. Tese. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. *Toponímia religiosa em Minas Gerais: os nomes dos municípios*. Revista de Estudos da Linguagem, v. 26, n. 3, p. 1123-1150, 2018.

CASTILHO, Denis. *Tempo do espaço, tempo da vida: uma leitura socioespacial de Heitorai*. Goiânia: Ellos, 2007.

CASTILHO, Denis. *A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização de Goiás: território em movimento, paisagens em transição*, 2009. 168 f. Dissertação (Programa de Pesquisa e PósGraduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

CASTRO, Maria Célia Dias de. Revisitação aos graus de motivação na toponímia maranhense. In: AGUIAR, Maria Sueli de; CASTRO, Maria Célia Dias de; DIAS, Ana Lourdes Cardoso. *Onomástica e a identidade do homem*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, p. 39-66, 2018.

COSERIU, Eugenio. *Nuevos rumbos en la toponomástica prólogo a Maximiano Trapero*. In: Diccionario de toponimia canaria: léxico de referencia oronímica. Las Palmas de Gran Canaria: Gobierno de Canarias, Consejería de Educación, Cultura y Deportes - Universidad Nacional de Educación a Distancia. Centro Asociado de Las Palmas de Gran Canaria, p. 15-24, 1999.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

DAYRELL, Eliane Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização*, 1974. 163 f. Dissertação (Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1974.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. Edições Arquivo do Estado de São Paulo: São Paulo, 1990.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira*. ANPOLL: Boletim Informativo. Gramado: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

_____. Etnia e etnicidade. Um outro modo de nomear. Projetos ATESP/ATB. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. vol. IV. Campo Grande: Ed. UFMS, 2010. p. 177 – 197.

_____. *A dinâmica dos nomes da cidade de São Paulo 1554-1987*. São Paulo-SP: ANNABLUME, 1996.

DIETRICH, Wolf. O tronco tupi e as suas famílias de línguas. Classificação e esboço tipológico. In: *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

FONSECA, Gustavo Solís. *La gente pasa, los nombres quedan*. Introducción en la Toponímia. Lima: Lengua y Sociedad, 1997.

FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FRAI, Patrícia Helena. *Nome e cultura: o estudo sócio-onomástico na escolha do segundo nome na antroponímia rondoniense*. Revista GTLex. v.3, n.1, jul./dez. 2017.

FREITAS, Wagner Abadio de. *Da colônia agrícola nacional de Goiás ao papel de polo regional: a cidade de Ceres e a centralidade construída no território goiano, 2020*. 320 f. Tese. (Programa de Pós-graduação em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs). *Métodos de pesquisa*. SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Marianna de Franco. *Geomorfotopônimos históricos, 2019*. 222 f. Dissertação (Faculdade de Letras), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Base territorial – Censo, 2022*.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Cidades, 2023*.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Coleção de mapas municipais*, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-municipais/31452-colecao-de-mapas-municipais.html?edicao=31454&t=acesso-ao-produto> Acesso em: jan./ 2024.

IMB – *Instituto Mauro Borges de estatísticas e estudos socioeconômicos*. Disponível em: <www.imb.go.gov.br> Acesso em: jan./ 2024.

ISQUERDO, Aparecida Negri. *A Toponímia como signo de representação de uma realidade*. Fronteiras: Revista de História. 2 jul./dez. Campo Grande, 1997.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: Isquerdo, Aparecida Negri / Seabra, Maria Cândida Trindade Costa de (Orgs.), *As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*, vol. VI. Campo Grande, Editora da UFMS, 115-139, 2012.

ISQUERDO, Aparecida Negri; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. *Toponímia urbana: um estudo de caso a partir de dados do ATEMS*. In: *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2020.

LEITE, Fabiana Raquel. *A língua geral paulista e o “vocabulário elementar da língua geral brasílica”*, 2023. Dissertação (Instituto de Estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. V. E/M.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de linguagem*. De Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MELO, Pedro Antônio Gomes de. *Léxico toponímico: alguns pontos de intersecções linguístico-culturais na toponímia municipal alagoana*. Entrepalavras, Fortaleza, v. 7, p. 123-140, jan./jun. 2017.

MENDES, Tatiana Martins. Termos indígenas no léxico toponímico de Diamantina. UFMG: 2015. In: FARGETTI, Cristina Martins; MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; NADIN, Odair Luiz. *Léxico e cultura*. Cristina Martins Fargetti et al. (Org.). Araraquara: Letraria, 2015.

MOLLICA, Maria Cecília. *Fala, letramento e inclusão social*. São Paulo: Contexto, 2007.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, 1955.

NASCIMENTO, André Marques. *Geopolíticas de escrita acadêmica em zonas de contato: problematizando representações e práticas de estudantes indígenas*. Trab. linguíst. apl., v.53, n.2, p.267-297, 2014.

NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. 2 ed. Campo Grande, MS:UFMS, 2001.

PEREIRA, Renato Rodrigues. Continuum toponímico na fronteira entre Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais: um estudo. In: ISQUERDO, Aparecida Negri. *ATEMS: caminhos metodológicos*, v.1. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios: Goiás, 1850-1889*. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *As línguas gerais sul-americanas*. Papiá – Revista de crioulos de base ibérica, vol. 4, nº2. Brasília: Thesaurus, 1996.

_____. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. Bahia: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1987.

SANTOS, Ana Maria Pereira; SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. *A toponímia “híbrida” de Goiás: tupi e português na formação dos locativos goianos*. *Eco-Rebel- Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 09, nº 02, p.118-130, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br>, acesso em 12 de junho de 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes*. *Novos Estudos*, p. 71-94, nov. 2007.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2015.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo*, 2004. 368 f. Tese (Doutorado, Linguística – Faculdade de Letras), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (Org.). *Múltiplas perspectivas em Linguística*. Uberlândia/MG: EDUFU, 2006, v. 1, p. 1953-1960.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa; ISQUERDO, Aparecida Negri. *A Onomástica em diferentes perspectivas: resultados de pesquisas*. Revista de Estudos da Linguagem, v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Toponímia de Minas Gerais em registros cartográficos históricos. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v.1, ed. 1, Campo Grande: UFMS, 2012.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Nomes de lugares: o viés enunciativo e o viés onomástico. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lédia Almeida (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. vol. V. Campo Grande: Editora UFMS, 2010, p. 117-134.

SEKI, Lucy. *Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI*. Impulso, v.12, n. 27, p. 233-256, 2000.

SILVA, Cleber Cezar da. *Os cursos d'água de Pires do Rio: análise das motivações toponímicas*, 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado - Estudos da Linguagem), Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas; DAVID, Nismária Alves. *Topônimos de Origem Indígena: O papel do tupi na nomeação dos lugares goianos*. FRONTEIRAS: Journal of Social, Technological and Environmental Science, v.3, n.1, jan.-jul. p.119-131, 2014.

_____. A mudança toponímica: considerações ecolinguísticas. In: *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (Eco-REBEL)* v. 7, n 3, 2021. p. 55- 80 Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/41393>. Acesso em: 12 out. 2022.

_____. *Estudo toponímico: âmbitos e perspectivas de análises*. ReVEL, v. 9, n. 17, 2011. Disponível em: www.revel.inf.br.

_____. *O léxico tupi na nomeação dos lugares goianos*. Mimeografado, 2015.

SOUSA, Alexandre Melo; MARTINS, Rozângela Melo. *A motivação toponímica na escolha dos nomes geográficos de origem indígena da zona rural da regional do Baixo Acre*. Revista Tropos, ISSN: 2358-212X, v.6, n.2, ed. dez. de 2017.

SOUSA, Luiz Antônio da Silva e. *Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz*. Revista Trimestral de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo XII, 4º trimestre de 1849, p. 429-510. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. [2ª ed. 1872].

SOUZA, Boris dos Santos. *Uma análise histórico-sociolinguística da presença de palavras de origem Tupi no vocabulário da região norte fluminense*. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós- graduação Lato Sensu em Literatura, Memória Cultura e Sociedade do Instituto Federal Fluminense, Câmpus Campos Centro, Rio de Janeiro, 2016.

TAVARES, Marilze. *A herança indígena na nomenclatura geográfica de Mato grosso do sul*. 2009. Disponível em:
http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009_vol_2/PDF-VOL2/Microsoft%20Word%20-%20Marilze%20Tavares.pdf Acesso em: 04 nov. 2022.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi: significação dos nomes geográficos de origem tupi*. São Paulo: Traço, 1985.

XAVIER, Vanessa Regina Duarte. O campo lexical moedas em manuscrito sobre as minas goianas. In: PAULA, Maria Helena de. *Língua e cultura: estudos do léxico em perspectiva*. Goiânia: Gráfica UFG, 2015. p. 145-156.

WOLF, Dietrich. O tronco tupi e as suas famílias de línguas. Classificação e esboço tipológico. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.